



Ministério da Saúde

FIOCRUZ  
Fundação Oswaldo Cruz



PROCESSO Nº: 25387.000490/2017-34

RDC ELETRÔNICO Nº 002/2019-FAR

## EDITAL

### RDC ELETRÔNICO Nº 002/2019-FAR

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), por meio da Comissão Permanente de Licitação constituída pela Portaria nº 022/2017, de 22/06/2017, do Instituto de Tecnologia em Fármacos - Farmanguinhos, doravante denominada simplesmente COMISSÃO, realizará licitação, na modalidade Regime Diferenciado de Contratações Públicas, na forma eletrônica (RDC-e), cujo critério de julgamento será o **MAIOR PERCENTUAL (%) DE DESCONTO**, nos termos da Lei n.º 12.462/2011, Lei Complementar 123/06, Lei n.º 8.078/1990, Lei n.º 11.488/2007, Decreto n.º 7.581/2011, Decreto n.º 8.080/2013, Decreto n.º 7.983/13, Decreto n.º 8.538/2015, Instruções Normativas SLTI/MPOG n.º 01/2010, n.º 05/2013 e IN SEGES/MPDG n.º 05/2017, no que couber, bem como as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos. A opção pelo RDC consta de forma expressa nos autos e neste edital e resultará no afastamento das normas contidas na Lei nº 8.666/1993, exceto nos casos expressamente previstos na citada Lei nº 12.462/2011.

**Data da sessão: 13 / 06 / 2019**

**Horário: 10:00 hrs**

**Endereço Eletrônico para participar:** [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)

### ORIENTAÇÕES GERAIS SOBRE O REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES (RDC)

A leitura destas informações não dispensa a interpretação integral do Edital, seus anexos e legislação pertinente.

Os principais procedimentos a serem observadas pelas licitantes neste processo são os seguintes:

- ✓ Período de **publicação de 15 (quinze) dias úteis**;
- ✓ Processo Eletrônico pelo sistema Comprasnet: [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)
- ✓ **As dúvidas** com relação ao download do edital e operacionalização do sistema devem ser dirimidas junto à Secretaria de Logística do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, através da central telefônica **08009782329** ou pelo sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br);
- ✓ **Inversão das fases (com relação às modalidades da Lei nº 8.666/93)** – primeiro ocorrerá a abertura e julgamento das propostas e, posteriormente, a habilitação somente da melhor classificada ou, caso inabilitada, na ordem subsequente de classificação;
- ✓ **Necessidade de credenciamento prévio dos fornecedores no SICAF e chave de acesso ao sistema Comprasnet**;



PROCESSO Nº: 25387.000490/2017-34

RDC ELETRÔNICO Nº 002/2019-FAR

- ✓ **Etapas de lances** – após a abertura das propostas, haverá fase de disputa de lances *on line* no sistema Comprasnet, conforme o procedimento previsto no Edital;
- ✓ **Fase recursal única** – a fase recursal somente ocorrerá após a decisão sobre a licitante habilitada e declarada provisoriamente vencedora. Contudo, é obrigatório que as licitantes manifestem sua **INTENÇÃO** de recorrer no momento oportuno, ou seja, ao final de cada fase, sob pena de decadência do direito – verificar prazos e procedimentos no edital;
- ✓ **Prazo para impugnação e/ou esclarecimentos ao edital** – será de até 05 (cinco) dias úteis anteriores à data agendada para abertura do certame, na forma definida neste edital;
- ✓ **Penalidade de suspensão** – A penalidade prevista para fraudes, atrasos, inadimplementos, inexecuções e outros para o presente Edital é, além das cominações previstas no art. 87 da Lei 8.666/93, o **impedimento de licitar e contratar por até 05 (cinco) anos**, conforme art. 47 da Lei 12.462/2011;
- ✓ A FIOCRUZ realizará gestão e fiscalização contratual efetiva e a abertura de processo administrativo para aplicação de penalidades por descumprimentos contratuais e legais, não previsão para negociação ou aditamento de prazos/valores fora das possibilidades legais.

## 1. DO OBJETO E DA DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL DA LICITAÇÃO

1.1. O Objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa na contratação de empresa especializada, para a execução da montagem e instalação do sistema de estocagem e distribuição de água purificada do prédio 70, do Complexo Tecnológico de medicamentos de Farmanguinhos, pertencente a Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz, no Rio de Janeiro-RJ, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Projeto Básico, neste Edital e demais Anexos.

1.2. A licitação terá item único.

1.3. O Instrumento Convocatório e seus Anexos (incluindo as peças referentes ao processo administrativo em referência) poderão ser retirados mediante dispositivo de armazenamento (PENDRIVE, HD EXTERNO), em FARMANGUINHOS – INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM FÁRMACOS, Avenida Comandante Guarany, 447, Curicica, Jacarepaguá, Rio de Janeiro – RJ, de 2ª a 6ª feira (dias úteis), das 09h às 12h e das 14h às 16h, a partir da data de publicação.

1.4. A aquisição do edital poderá ser feita gratuitamente através do Portal de Compras do Governo Federal: [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).

Os documentos que integram o edital e não puderam ser transferidos ao portal devido ao seu tamanho em MB, serão disponibilizados no Portal de Farmanguinhos, através do link: <http://www.far.fiocruz.br/rdc-eletronico-no-02-2019/>



PROCESSO Nº: 25387.000490/2017-34

RDC ELETRÔNICO Nº 002/2019-FAR

## 2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2019, na classificação abaixo:

Fonte: 151

Plano de Trabalho: 10.303.2015.2522.0001

Modernização de Unidades da Fundação Oswaldo Cruz

Elemento de Despesa: 51

PI: A1FAR

## 3. DA FORMA DE EXECUÇÃO DA LICITAÇÃO, DO MODO DE DISPUTA, DO REGIME DE CONTRATAÇÃO E DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

3.1. Tipo de Objeto: **OBRA**

3.2. Forma de Execução da Licitação: **ELETRÔNICA**

3.3. Modo de Disputa: **ABERTO**

3.3.1. No modo de disputa aberto, os licitantes apresentarão suas propostas em sessão pública por meio de lances públicos *on line*, sucessivos e crescentes do percentual de desconto.

3.3.2. Não serão permitidos lances intermediários antes da definição da proposta mais vantajosa para a Administração.

3.4. Regime de Contratação: **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.**

3.5. Critério de julgamento: **MAIOR PERCENTUAL (%) DE DESCONTO.**

3.5.1. O julgamento por maior desconto terá como referência o preço global fixado no instrumento convocatório, sendo o desconto estendido aos eventuais termos aditivos.

3.5.2. O percentual de desconto apresentado pelos licitantes deverá incidir **linearmente** sobre os preços de todos os itens do orçamento estimado.

3.6. Orçamento Estimado: **R\$ 7.516.117,61 (sete milhões quinhentos e dezesseis mil cento e dezessete reais e sessenta e um centavos).**

3.7. Data Base do Orçamento **SINAPI/FEVEREIRO/2019 – SBC/MARÇO/2019 – SCO/FEVEREIRO/2019**

## 4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória RDC, em sua forma eletrônica, com o perfil adequado para a modalidade, em conformidade com o art 21, inciso I da IN SEGES/MPDG nº 03/2018.

4.2. O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal,



PROCESSO Nº: 25387.000490/2017-34

RDC ELETRÔNICO Nº 002/2019-FAR

no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), Por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura chaves Pública Brasileira – ICP – Brasil.

4.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta RDC.

4.4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

4.6. É de responsabilidade exclusiva do licitante o uso adequado do sistema, cabendo-lhe zelar por todas as transações efetuadas diretamente ou por seu representante.

4.7. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.7.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

## 5. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

5.1. Poderão participar desta licitação:

5.1.1. Interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

5.1.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

5.1.2. Pessoas jurídicas organizadas em consórcio, limitado a 3 (três) empresas, com base no disposto do art. 14, Parágrafo Único, idesde que observadas as regras previstas no art. 51 do Decreto federal nº 7.581 de 11 de outubro de 2011 e aquelas estabelecidas neste Edital.

5.1.2.1. Deverá ser apresentado Termo de Compromisso Particular, subscrito pelos consorciados, com o devido reconhecimento de suas firmas em cartório, indicando os serviços ofertados por cada consorciada em relação ao objeto desta licitação, definindo, assim, a respectiva participação de cada consorciado.

5.1.2.2. Indicação da empresa-líder do consórcio, que deverá responsabilizar-se pela coordenação do objeto e representação junto à contratante, bem como pela apresentação da garantia.



PROCESSO Nº: 25387.000490/2017-34

RDC ELETRÔNICO Nº 002/2019-FAR

5.1.2.3. As empresas consorciadas responderão, solidariamente, pelos atos praticados pelo consórcio em que se constituírem, desde a fase da licitação até o final da execução do contrato e conclusão dos serviços, até o recebimento definitivo.

5.1.2.4. A cláusula de responsabilidade solidária dos consorciados deverá estar expressa no Termo de compromisso de constituição de consórcio a ser firmado pelos licitantes e no contrato a ser celebrado com a Administração.

5.1.2.5. Cada empresa integrante do consórcio terá que apresentar, individualmente, toda a documentação de habilitação definida por esse Edital e seus anexos, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado.

5.1.2.6. As Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, para utilizarem do benefício do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, bem como reservado o seu direito de preferência, conforme art. 38, do Decreto nº 7.581/2011, não poderão se consorciar com empresas de grande porte.

5.1.2.7. **É obrigatória a constituição e o registro do consórcio na Junta Comercial e demais órgãos fiscalizadores, reguladores, antes da celebração do contrato, inclusive nos Conselhos de Classe.**

5.1.2.8. A empresa-líder do consórcio será a responsável pela obtenção da senha de acesso junto ao Provedor do Sistema, ficando responsável pela negociação durante o certame, em nome do consórcio.

5.1.2.9. No consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras, a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa brasileira.

5.1.2.10. O prazo de duração do consórcio deve, no mínimo, coincidir como prazo de conclusão do objeto licitatório, até sua aceitação definitiva.

5.1.2.11. Os consorciados deverão apresentar compromisso de que não alterarão a constituição ou composição do consórcio, visando manter válidas as premissas que asseguram a sua habilitação, salvo aprovação pela FIOCRUZ.

5.1.2.12. Em se tratando de Consórcio, fica estabelecido um acréscimo de 30% (trinta por cento) dos valores exigidos para a licitante individual, admitindo-se, porém, o somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação, em conformidade com o art. 51, inciso IV, alínea “a” do Decreto nº 7.581/2011.

5.1.2.12.1. O acréscimo previsto não será aplicável aos consórcios compostos, em sua totalidade, por microempresas e empresas de pequeno porte.

5.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

5.2.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente.

5.2.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

5.2.3. Que se enquadrem nas vedações previstas no Art. 36 da Lei nº 12.462/2011.

5.2.3.1. Caso seja constatada tal situação, ainda que *a posteriori*, a Licitante





PROCESSO Nº: 25387.000490/2017-34

RDC ELETRÔNICO Nº 002/2019-FAR

será desqualificada, ficando esta e seus representantes incursos nas sanções previstas no Art. 47 da lei 12.462/2011.

5.2.4. Que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação.

5.2.5. Empresas consorciadas em mais de um consórcio ou isoladamente, bem como de profissional em mais de uma empresa, ou em mais de um consórcio, no âmbito desta licitação.

5.2.6. Impedidos de licitar e contratar com a União, nos termos do art. 47 da Lei nº 12.462/2011.

5.2.7. Sociedades Cooperativas, considerando a vedação contida no Termo de Conciliação Judicial firmado entre Ministério Público do Trabalho e União, **Anexo I** deste Edital, e a proibição do artigo 4º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008.

5.2.8. Pessoa física ou jurídica que elaborou, isoladamente ou em consórcio, o Projeto Básico correspondente.

5.2.9. Pessoa jurídica da qual o autor do Projeto Básico seja administrador, sócio com mais de 5% (cinco por cento) do capital votante, controlador, gerente, responsável técnico ou subcontratado; ou

5.2.10. Servidor, empregado ou ocupante de cargo em comissão da FIOCRUZ, incluindo os membros da comissão de licitação.

5.2.10.1. Para fins do disposto nos subitens 5.2.8 a 5.2.10, considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários.

5.2.11. Sociedade empresária constituída com o mesmo objeto e por qualquer um dos sócios e/ou administradores de empresas declaradas inidôneas, após a aplicação dessa sanção e no prazo de sua vigência, nos termos do art. 43 da Lei nº 8.443/1992.

5.2.12. Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma licitante junto à FIOCRUZ nesta licitação, sob pena de exclusão sumária das licitantes representadas.

5.3. Como condição para participação nesta licitação, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

5.3.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.



PROCESSO Nº: 25387.000490/2017-34

RDC ELETRÔNICO Nº 002/2019-FAR

5.3.1.1. A assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.

5.3.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

5.3.3. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

5.3.4. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

5.3.5. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009.

5.3.6. Que não possui em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do art. 1º, III e IV e art. 5º, III, da Constituição Federal de 05/10/1988.

5.3.7. Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

## 6. DA OPERAÇÃO DA LICITAÇÃO

6.1. A abertura da sessão pública deste RDC-e e demais trabalhos inerentes ao certame serão conduzidos por servidor público da FIOCRUZ, denominado Presidente da COMISSÃO, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos no endereço eletrônico: [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).

6.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Presidente e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, via “Chat”, em campo próprio do sistema eletrônico. Não será aceito nenhum outro tipo de contato, como meio telefônico ou e-mail.

6.3. A participação na licitação, na forma eletrônica, se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da PROPOSTA, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário estabelecidos neste Edital.

## 7. DO ENVIO DA PROPOSTA

7.1. O licitante deverá encaminhar (registrar) a proposta por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcado para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento (registro) de propostas.

7.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.



PROCESSO Nº: 25387.000490/2017-34

RDC ELETRÔNICO Nº 002/2019-FAR

7.3. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas.

7.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do RDC, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.5. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas (registradas).

7.6. O licitante deverá enviar (registrar) sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.6.1. O percentual de desconto ofertado, o que, doravante será também a base para a disputa por lances.

7.6.2. O valor global da proposta.

7.6.3. Descrição detalhada do objeto, conforme determinantes do Projeto Básico (**Anexo IV**).

7.6.3.1. Considera-se preço unitário a soma do valor de mão de obra e de material para cada item constante na planilha orçamentária.

7.6.3.2. Considera-se preço total o valor total apurado na proposta, ou seja, o somatório de todos os itens da planilha de preços apresentada.

7.6.3.3. Serão relevadas diferenças de centavos quando constatada que as mesmas são oriundas de arredondamento no somatório das células.

7.6.3.4. As informações que não constarem na proposta enviada pelo sistema, deverão constar da proposta proforma (**Anexo II**), que será solicitada na fase de julgamento das propostas.

7.7. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

7.8. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

7.8.1. A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, caso o previsto não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.8.2. Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de





PROCESSO Nº: 25387.000490/2017-34

RDC ELETRÔNICO Nº 002/2019-FAR

adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea “b” do inciso I do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, nos termos do art. 63, §2º da IN 5/2017);

7.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

7.10. Cada licitante somente poderá apresentar uma única proposta, não sendo admitidas propostas alternativas.

7.11. Não serão admitidas propostas que apresentem cotação alternativa ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

7.12. A licitante deverá utilizar, sempre que possível, nos valores propostos, mão de obra, materiais, tecnologias e matérias primas existentes no local da execução dos serviços, desde que não se produzam prejuízos à eficiência na execução do objeto e que seja respeitado o limite do orçamento estimado para a contratação.

7.13. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital.

7.14. Qualquer elemento que possa identificar o licitante na proposta de preços importará na desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

## **8. DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

8.1. A abertura da sessão pública dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicado neste Edital.

8.2. O Presidente verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Projeto Básico.

8.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.2.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Presidente e os licitantes.

8.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo maior desconto oferecido.



PROCESSO Nº: 25387.000490/2017-34

RDC ELETRÔNICO Nº 002/2019-FAR

8.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.7. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.7.1. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos.

8.8. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.9. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.10. No caso de desconexão, no decorrer da etapa competitiva do RDC, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.11. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Presidente aos participantes.

8.12. O critério de julgamento adotado será o maior desconto, conforme definido neste Edital e seus anexos.

8.13. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Presidente. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

8.14. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

8.15. Encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

8.16. Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.17. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.



PROCESSO Nº: 25387.000490/2017-34

RDC ELETRÔNICO Nº 002/2019-FAR

8.18. Caso a microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa, empresa de pequeno porte e sociedade cooperativa que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.19. Só se aplica o sorteio quando houver empate entre as propostas e ausência de lances. Lances equivalentes não serão considerados iguais, vez que a ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação.

8.20. Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos dez por cento, a COMISSÃO poderá admitir o reinício da disputa aberta para a definição das demais colocações.

8.20.1. Após o reinício previsto no subitem anterior, os licitantes serão convocados a apresentar lances, caso em que será admitida a apresentação de lances intermediários, que são aqueles iguais ou superiores ao menor já ofertado, mas inferiores ao último lance dado pelo próprio licitante.

8.20.2. Lances iguais serão classificados conforme a ordem de apresentação.

8.20.3. Somente participarão da reabertura da fase de lances os licitantes com propostas classificadas sob este critério.

8.20.4. Essa reabertura da fase de lances tem por objetivo aproximar as demais propostas do desconto apresentado pela primeira colocada. A primeira colocada não participará dessa reabertura da fase de lances, visto que não será alterada a sua classificação, apenas das subseqüentes.

8.20.5. Reaberta a etapa competitiva, os licitantes classificados poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do horário e valor consignados no registro de cada lance (maior desconto), mantendo-se em sigilo a identificação do ofertante.

8.21. O Presidente anunciará o lance vencedor imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública.

8.22. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

## **9. DA NEGOCIAÇÃO**

9.1. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o Presidente poderá encaminhar pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.

9.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.



PROCESSO Nº: 25387.000490/2017-34

RDC ELETRÔNICO Nº 002/2019-FAR

9.3. O Presidente anunciará o lance vencedor imediatamente após a negociação e decisão acerca da aceitação do lance de menor valor.

## 10. DA ANÁLISE E CLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA

10.1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Presidente examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

10.2. O julgamento das propostas observará os parâmetros definidos neste edital, sendo vedado computar vantagens não previstas, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

10.3. Na verificação da conformidade da melhor proposta apresentada com os requisitos do instrumento convocatório, será desclassificada aquela que:

10.3.1. contenha vícios insanáveis;

10.3.2. não obedeça às especificações técnicas previstas no instrumento convocatório;

10.3.3. apresente preço manifestamente inexequível ou permaneça acima do orçamento estimado para a contratação;

10.3.4. não tenha sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela administração pública; ou

10.3.5. apresente desconformidade com quaisquer outras exigências do instrumento convocatório, desde que insanável.

10.4. A comissão de licitação poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta ou exigir do licitante que ela seja demonstrada.

10.5. O licitante da melhor proposta apresentada deverá reelaborar e apresentar à comissão de licitação, por meio do sistema Comprasnet – opção “enviar anexo”, no prazo concedido pelo Presidente da Comissão, não podendo ser inferior a 2 (duas) horas, contados após convocação do Presidente e em conformidade com o melhor lance ofertado, com posterior remessa do original, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de encerramento da fase de aceitação e habilitação da proposta, os seguintes documentos:

10.5.1. Proposta Proforma (**Anexo II**), Planilha detalhada de Preço, Cronograma Físico-financeiro, Composição Analítica do BDI, conforme **Anexos V a VIII** deste edital.

10.5.1.1. A Proposta Proforma (**Anexo II**) deverá conter, além do percentual de desconto (%), o preço total para a execução dos serviços objeto da licitação, após aplicação do referido desconto, expresso numericamente e por extenso, em moeda corrente nacional.

10.5.1.2. As Planilhas (**Anexos V a VIII**) deverão ser enviadas em arquivo Excel para possibilitar a conferência adequada.



PROCESSO Nº: 25387.000490/2017-34

RDC ELETRÔNICO Nº 002/2019-FAR

10.5.1.3. As Planilhas deverão ser elaboradas levando-se em consideração o objeto deste edital e de acordo com as especificações de materiais novos e de primeira qualidade.

10.5.1.4. Na composição dos preços unitários o licitante deverá apresentar discriminadamente as parcelas relativas à mão de obra, materiais, equipamentos e serviços, vedada a utilização de unidades genéricas ou indicadas como verba.

10.5.1.5. A composição dos custos unitários deverá ser demonstrada quando estes diferirem daqueles constantes dos sistemas de referências adotados nas licitações.

10.5.1.6. Todos os dados informados pelo licitante em sua Planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.

10.5.1.7. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Presidente, desde que não haja majoração do preço proposto.

10.5.1.8. O valor do BDI constante da planilha de Orçamento Estimado é uma estimativa da Administração. Cada licitante deverá preencher a sua planilha Composição Analítica do BDI de acordo com os seus custos próprios, de modo a demonstrar analiticamente a composição do BDI e dos Encargos Sociais - ES utilizados na formação do preço global da sua proposta.

10.5.1.9. Os custos relativos à administração local, mobilização e desmobilização e instalação de canteiro e acampamento, bem como quaisquer outros itens que possam ser apropriados como custo direto da obra, não poderão ser incluídos na composição do BDI, devendo ser cotados na planilha orçamentária.

10.5.1.10. As alíquotas de tributos cotadas pelo licitante não podem ser superiores aos limites estabelecidos na legislação tributária.

10.5.1.11. Licitantes sujeitas ao regime de tributação de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS devem apresentar demonstrativo de apuração de contribuições sociais comprovando que os percentuais dos referidos tributos adotados na taxa de BDI correspondem à média dos percentuais efetivos recolhidos em virtude do direito de compensação dos créditos previstos no art. 3º das Leis 10.637/2002 e 10.833/2003, de forma a garantir que os preços contratados pela Administração Pública reflitam os benefícios tributários concedidos pela legislação tributária.

10.5.1.12. As empresas licitantes optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar os percentuais de ISS, PIS e COFINS, discriminados na composição do BDI, compatíveis às alíquotas a que estão obrigadas a recolher, conforme previsão contida no Anexo IV da Lei Complementar 123/2006.

10.5.1.13. A composição de encargos sociais das empresas optantes pelo Simples Nacional não poderá incluir os gastos relativos às contribuições que estão dispensadas de recolhimento (Sesi, Senai, Sebrae etc.), conforme dispões o art. 13,





PROCESSO Nº: 25387.000490/2017-34

RDC ELETRÔNICO Nº 002/2019-FAR

§ 3º, da referida Lei Complementar.

10.6. Salvo quando aprovado relatório técnico conforme previsto no § 2º, II, e § 4º, II, do art. 42 do Decreto nº 7.581/2011, o licitante da melhor proposta deverá adequar os custos unitários ou das etapas propostos aos limites previstos nos § 2º, § 4º ou § 5º do art. 42 do citado Decreto, sem alteração do valor global da proposta, sob pena de aplicação do art. 62 do mesmo Decreto.

10.7. Consideram-se inexequíveis as propostas com valores globais inferiores a setenta por cento do menor dos seguintes valores:

10.7.1. média aritmética dos valores das propostas superiores a cinquenta por cento do valor do orçamento estimado pela administração pública, ou

10.7.2. valor do orçamento estimado pela administração pública.

10.8. A administração deverá conferir ao licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta.

10.9. Na hipótese de que trata o subitem anterior, o licitante deverá demonstrar que o valor da proposta é compatível com a execução do objeto licitado no que se refere aos custos dos insumos e aos coeficientes de produtividade adotados nas composições de custos unitários.

10.10. A análise de exequibilidade da proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pelo licitante em relação aos quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração, desde que a renúncia esteja expressa na proposta.

10.11. A economicidade da proposta será aferida com base nos custos globais e unitários.

10.12. O regime adotado para esta contratação é de empreitada por preço global. Assim, serão observadas as seguintes condições para formação e aceitabilidade dos preços:

10.12.1. no cálculo do valor da proposta, poderão ser utilizados custos unitários diferentes daqueles previstos nos §§ 3º, 4º ou 6º do art. 8º da Lei nº 12.462, de 2011, desde que o valor global da proposta e o valor de cada etapa prevista no cronograma físico-financeiro seja igual ou inferior ao valor calculado a partir do sistema de referência utilizado;

10.12.2. em situações especiais, devidamente comprovadas pelo licitante em relatório técnico circunstanciado, aprovado pela administração pública, os valores das etapas do cronograma físico-financeiro poderão exceder o limite fixado no subitem anterior; e

10.12.3. as alterações contratuais sob alegação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais ou estudos técnicos preliminares do projeto básico não poderão ultrapassar, no seu conjunto, dez por cento do valor total do contrato.



PROCESSO Nº: 25387.000490/2017-34

RDC ELETRÔNICO Nº 002/2019-FAR

10.13. Caso a licitante melhor classificada não atenda às condições de habilitação será solicitada a apresentação DA PROPOSTA da segunda melhor classificada, e assim por diante, até alcançar a proposta válida.

10.14. Após o julgamento das propostas, o sistema, automaticamente, abrirá o prazo de 10 (dez) minutos para o registro de intenção de recurso dessa fase, momento em que o licitante deverá apresentar motivação, sob pena de preclusão.

10.15. A fase recursal onde cabe a apresentação das razões e contrarrazões de recursos é única e deverá ocorrer após a fase de habilitação, conforme item 11 deste edital. Portanto, após a fase de julgamento e aceitação das propostas, cabe ao interessado apenas o registro da intenção de recorrer, devendo aguardar o encerramento da fase de habilitação para registrar a sua peça recursal no sistema.

## 11. DA HABILITAÇÃO

11.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Presidente verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

11.1.1. SICAF;

11.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

11.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.ius.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.ius.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

11.1.4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

11.1.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

11.1.6. Constatada a existência de sanção, o Presidente reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

11.1.7. Não ocorrendo inabilitação, o Pregoeiro consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto nos arts. 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.



PROCESSO Nº: 25387.000490/2017-34

RDC ELETRÔNICO Nº 002/2019-FAR

11.1.8. 8.2.1 O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

11.1.9. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

11.1.10. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente por meio do sítio oficial, ou na hipótese de ela se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de 02 (duas) horas, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação.

11.1.10.1. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

11.2. Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018 deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, à Regularidade Fiscal e Trabalhista, e à Qualificação Econômico-Financeira nas condições seguintes:

**11.3. Habilitação jurídica:**

11.3.1. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

11.3.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

11.3.3. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

11.3.4. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, como determinado pelo Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC.

11.3.5. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência.



PROCESSO Nº: 25387.000490/2017-34

RDC ELETRÔNICO Nº 002/2019-FAR

11.3.6. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.

11.3.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados dos demais documentos aditivos e modificativos do seu texto ou, preferencialmente, da respectiva consolidação.

11.3.8. As pessoas jurídicas reunidas em Consórcio deverão apresentar as seguintes documentações, sem prejuízo do disposto no art. 51, do Decreto nº 7.581/2011:

11.3.8.1. Comprovação do compromisso público ou particular de constituição de consórcio, por escritura pública ou documento particular registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos, discriminando a empresa líder, estabelecendo responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados pelo consórcio.

11.3.8.2. Caso o consórcio seja constituído por empresas brasileiras e estrangeiras, a liderança deverá, necessariamente, ser de empresa brasileira.

11.3.8.3. O prazo de duração do consórcio deve, no mínimo, coincidir com o prazo de conclusão do objeto licitatório, até sua aceitação definitiva.

11.3.8.4. Os consorciados deverão apresentar compromisso de que não alterarão a constituição ou composição do consórcio, visando manter válidas as premissas que asseguram a sua habilitação, salvo aprovação pela FIOCRUZ.

#### **11.4. Regularidade fiscal e trabalhista:**

11.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

11.4.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

11.4.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

11.4.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da consolidação das leis do trabalho, aprovada pelo decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

11.4.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.4.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;

11.4.7. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de



PROCESSO Nº: 25387.000490/2017-34

RDC ELETRÔNICO Nº 002/2019-FAR

declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

11.4.8. Caso o licitante detentor do menor preço seja microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

#### 11.5. Qualificação Econômico-Financeira

11.5.1. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

11.5.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

11.5.3. Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}};$$

11.5.4. As empresas cadastradas ou não no SICAF, deverão ainda complementar a comprovação da qualificação econômico-financeira por meio de:

11.5.4.1. Comprovação, por meio de Declaração de Contratos Firmados com a Iniciativa Privada e com a Administração Pública, conforme modelo constante no item 1, do Anexo III do Edital, de que 1/12 (um doze avos) do valor total dos Contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada, vigentes na data de abertura da sessão pública deste Pregão, não é superior ao Patrimônio Líquido do licitante, podendo este ser atualizado por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta;

11.5.4.1.1. Quando o resultado do cálculo demonstrativo (fórmula descrita no item 1 do Anexo III) entre o valor do Patrimônio Líquido e o valor total dos Contratos firmados com a Administração Pública e a Iniciativa Privada vigentes na data do Pregão for inferior ou igual a 1, poderá ser apresentada justificativa





PROCESSO Nº: 25387.000490/2017-34

RDC ELETRÔNICO Nº 002/2019-FAR

demonstrando o impacto dos resultados, tendo em vista as vigências contratuais e o período da DRE encaminhada.

11.5.4.1.2. A justificativa, descrita no subitem 11.5.5.1.1., deve permitir demonstrar que 1/12 (um doze avos) do valor total dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada, não é superior ao Patrimônio Líquido do licitante, sob pena de inabilitação do certame, com amparo no Princípio da Supremacia do Interesse Público e visando salvaguardar o Erário, considerando toda relevância e valor do objeto da licitação.

11.5.4.2. Declaração de Contratos Firmados com a Iniciativa Privada e com a Administração Pública conforme modelo constante no item 2, do Anexo III do Edital, acompanhada da Demonstração do resultado do Exercício (DRE) relativa ao último exercício social. Esta declaração deverá demonstrar o percentual apurado entre a Receita Bruta discriminada na DRE e o total de contratos faturados e recebidos no mesmo período da Receita Bruta demonstrada pelo DRE.

11.5.4.2.1. Quando houver divergência percentual superior a 10% (dez por cento), positivo ou negativo, entre a declaração tratada no subitem 11.5.5.2 e a Receita Bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), deverão ser apresentadas, concomitantemente, as devidas justificativas (Anexo III) que serão analisadas pela equipe do RDC.

11.5.4.2.2. A justificativa deve permitir demonstrar que o percentual apurado entre a Receita Bruta discriminada na DRE e o total de contratos faturados e recebidos no mesmo período da Receita Bruta demonstrada pelo DRE, se enquadra no limite de 10% (dez por cento), positivo ou negativo, sob pena de inabilitação do certame, com amparo no Princípio da Supremacia do Interesse Público e visando salvaguardar o Erário, considerando toda relevância e valor agregado do objeto da pretendida licitação.

**11.6. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica por meio de:**

11.6.1. Os Responsáveis Técnicos (RT) e/ou membros da equipe técnica deverão pertencer ao quadro permanente da licitante, na data prevista para entrega da proposta.

11.6.1.1. Entende-se, para fins deste Edital, como pertencente ao quadro técnico da licitante o Sócio; Diretor; Empregado; Responsável técnico; Profissional contratado.

11.6.1.2. A comprovação de vinculação dos profissionais deverá atender aos seguintes requisitos:

11.6.1.2.1. Sócio: Contrato Social devidamente registrado no órgão competente;

11.6.1.2.2. Diretor: cópia do Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;



PROCESSO Nº: 25387.000490/2017-34

RDC ELETRÔNICO Nº 002/2019-FAR

11.6.1.2.3. Empregado: cópia atualizada da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS ou Contrato de Trabalho em vigor;

11.6.1.2.4. Responsável Técnico: cópia da Certidão expedida pelo CREA ou CAU da Sede ou Filial da Licitante onde consta o registro do profissional como RT, ou a apresentação de um dos seguintes documentos:

- a) Ficha de registro do empregado - RE, devidamente registrada no Ministério do Trabalho; ou
- b) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, em nome do profissional; ou
- c) Contrato Social ou último aditivo se houver; ou
- d) Profissional contratado: contrato de prestação de serviço com ou sem vínculo empregatício.
- e) Declaração de contratação futura, acompanhada da anuência do profissional detentor do (s) Atestado (s) apresentado (s).

11.6.1.3. No caso de dois ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional todos serão desclassificados.

11.6.1.4. A proponente deverá apresentar Declaração dos profissionais que irão compor sua Equipe Técnica, conforme **Anexo IX** deste edital.

11.6.1.5. A proponente deverá apresentar Declaração de anuência de cada um dos profissionais que irão compor sua Equipe Técnica, conforme **Anexo X** deste edital.

11.6.1.6. A proponente deverá apresentar o Currículo dos profissionais que irão compor sua equipe conforme Modelo do **Anexo XI** deste.

11.6.1.7. Os integrantes da Equipe Técnica deverão ser obrigatoriamente os profissionais que efetivamente irão executar e assumir a responsabilidade técnica pelos serviços para os quais foram indicados.

11.6.1.7.1. No decorrer da execução do serviço, os profissionais de que trata o subitem anterior poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.6.1.7.1.1. Somente será admitida a substituição de qualquer profissional, cujos Atestados tenham contribuído para a classificação da licitante, por outro com acervo técnico equivalente ou superior ao apresentado na licitação para o profissional a ser substituído.

11.6.1.7.1.2. A proposta de substituição de profissional deverá ser feita por escrito, devidamente fundamentada, e incluirá a indicação do novo profissional com a comprovação de seu acervo técnico, acompanhada da baixa da ART ou RRT do profissional que está sendo substituído.



PROCESSO Nº: 25387.000490/2017-34

RDC ELETRÔNICO Nº 002/2019-FAR

11.6.1.7.1.3. Para a sua efetivação, a proposta de substituição deverá ser apreciada e aprovada pela Fiscalização. Salvo por caso fortuito ou força maior, a eventual substituição de profissional não poderá, em nenhuma hipótese, ser alegada como motivo para a alteração de quaisquer das condições contratuais, particularmente dos prazos.

11.6.2. Um ou mais Atestados de capacidade técnica fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado devidamente identificadas, em nome da licitante, relativo à execução de objeto de mesmo caráter e de igual complexidade ou superior, compatível em características, quantidades e prazos e níveis de satisfação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, conforme subitem 11.7.2.1.

11.7.2.1. O atestado, com vistas a comprovar a capacidade técnico-operacional, deverá demonstrar que a licitante desempenhou atividades pertinentes e compatíveis (Súmula TCU 263/2011) com as seguintes características e quantidades:

11.7.2.1.1. Execução montagem e instalação de sistema de estocagem e distribuição de água purificada\*, em edificações hospitalares ou laboratoriais com tanque de estocagem com volume mínimo de 3500 litros e mínimo de 16 pontos de uso.

\*A qualidade mínima aceitável para a água purificada gerada será:

- Condutividade: 1,1  $\mu$ S/cm a 25 °C.
- Unidades Formadoras de Colônias: < 100 CFU / ml

11.6.3. A contratada deverá dispor de serviços de assistência técnica locados no Brasil, e possuir no mínimo 6 meses de atuação local em equipamentos similares ao objeto desta licitação, com técnicos habilitados pelo próprio fabricante. Esta comprovação deverá ser apresentada na data da licitação e será ponto de desqualificação técnica a não apresentação;

11.6.4. Garantia total do objeto de 12 (doze) meses após o recebimento definitivo;

11.6.5. A contratada deverá declarar que prestará suporte de serviços que compreendem a assistência técnica durante o período de garantia contra defeitos de fabricação, sem qualquer ônus adicional à FIOCRUZ no estabelecimento da contratante pelo período de 12 meses.

11.6.6. A contratada deverá declarar a disponibilidade em campo, de no mínimo 2 (duas) máquinas de solda Tig automática orbital durante o tempo de execução dos serviços. As máquinas poderão ser de sua propriedade ou locadas.



PROCESSO Nº: 25387.000490/2017-34

RDC ELETRÔNICO Nº 002/2019-FAR

11.6.7. Os atestados ou declarações de capacidade técnico-operacional deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

11.6.8. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado por prazo inferior.

11.6.9. O licitante deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local onde foram prestados os serviços.

11.6.10. Apresentação da Certidão de Registro de Pessoa Jurídica no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, da jurisdição da sede da licitante, em nome da licitante, com data de validade igual ou posterior à data de abertura da sessão pública da licitação, onde conste área de atuação compatível com a execução dos serviços que serão especificados no Projeto Básico.

11.6.11. Conforme orientação do TCU – Tribunal de Contas da União (Acórdão 361/2006–Plenário), a comprovação do vínculo dos Responsáveis Técnicos poderá ser feita através de cópias das Carteiras de Trabalho e/ou fichas de Registro de Empregado, cópia do ato de investidura no cargo ou cópia do contrato social e suas alterações, em se tratando de sócio, bem como cópia do contrato de prestação de serviço, celebrado de acordo com a legislação civil comum.

11.6.12. As certidões emitidas pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia–CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, obtidas via Internet, somente serão aceitas se houver a possibilidade de confirmação de veracidade pelo mesmo meio (Internet).

## 12. Vistoria ao local:

12.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, a licitante deverá realizar visita nas instalações do local da execução dos serviços, em observância dos subitens subsequentes:

12.1.1. Os serviços serão executados no prédio 70, do CTM/ Farmanguinhos/RJ – FIOCRUZ, situado à Av. Comandante Guarany, nº 447, Curicica, Jacarepaguá CEP. 22775-903 / Rio de Janeiro-RJ, conforme Projeto Básico, **Anexo IV**, deste Edital.

12.1.2. Na data marcada para a vistoria, a Licitante deverá estar com o Atestado de Visita, conforme modelo do Anexo XII, deste Edital, a fim de comprovar que tomou conhecimento, mediante inspeção e coleta de informações, de todos os dados e elementos que possam vir a ter influência no valor da proposta.

12.1.3. A visita ao local da prestação dos serviços será obrigatória devido as especificidades do serviço que está sendo solicitado e em virtude da dificuldade de acesso às instalações, impossível de serem analisadas através de plantas e desenhos.



PROCESSO Nº: 25387.000490/2017-34

RDC ELETRÔNICO Nº 002/2019-FAR

Assim, a visita in loco é a única maneira de se aferir as condições ambientais e das instalações em si, auxiliando, por conseguinte, a elaboração da proposta por parte dos licitantes, propiciando o conhecimento de todos os aspectos que possam influir direta ou indiretamente na execução dos mesmos.

12.1.4. A vistoria será acompanhada por um representante do VDOP/FARMANGUINHOS, que ficará encarregado de permitir o acesso do interessado no local da execução do objeto.

12.1.5. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

12.1.6. **Os licitantes que já realizaram a visita por ocasião do RDC-e nº 001/2019-FAR, ficam dispensados de fazê-la novamente. Os Atestados de Visita emitidos por ocasião do certame anterior terão validade nesta licitação.**

12.2. Será necessário agendamento de datas e horários específicos para cada licitante, de modo a preservar o caráter competitivo do certame, com base no Acórdão 1842/2013-Plenário – TCU.

12.2.1. O agendamento da vistoria deverá ser efetuado até 48 (quarenta e oito) horas que anteceder a abertura do certame, junto ao Setor de Projetos Industriais/FIOCRUZ pelo telefone (21) 3348-5278 ou 3348-5305, com os Srs. Jorge Camanho ou Wilson Moraes, no horário de 09h00min às 16h00min.

12.2.2. A visita deverá ser realizada por profissional registrado no CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia. A qualificação do profissional será aferida por meio de documento emitido pelo CREA, que deverá ser apresentado no dia e horário previamente agendado para a referida visita.

12.2.3. O profissional designado para realizar a visita técnica que integra o quadro de sócios da interessada no certame, deverá apresentar, no dia previamente agendado para a visita, cópia do contratato ou estatuto social. Se o profissional for empregado, será necessário apresentar cópia das páginas de sua Carteira de Trabalho que sejam suficientes para caracterizar o vínculo entre o profissional e a interessada no certame. Caso o profissional designado para a visita não seja sócio nem integre o quadro de técnicos da interessada, o profissional deverá apresentar procuração particular ou pública com poder específico para: “representá-la durante a visita a fim de inspecionar o local e coletar informações de todos os dados e elementos que possam vir a ter influência no valor da proposta a ser apresentada, bem como tomar conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação RDC-e 002/2019-FAR”.

12.2.4. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá copiar em “pen-drive” ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.





PROCESSO Nº: 25387.000490/2017-34

RDC ELETRÔNICO Nº 002/2019-FAR

12.2.5. Eventuais dúvidas de natureza técnica, decorrente da realização da vistoria deverão ser encaminhadas a Comissão de Licitação, através do e-mail [rdceletronico@far.fiocruz.br](mailto:rdceletronico@far.fiocruz.br) antes da data fixada para a sessão pública.

12.2.6. A não realização de vistoria não poderá ser alegada como fundamento para o inadimplemento total ou parcial de obrigações previstas em quaisquer documentos integrantes do instrumento convocatório.

12.3. Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, deverão ser apresentados em meio digital pelos licitantes por intermédio de funcionalidade presente no sistema (Compras Governamentais/SIASG), sendo que o tamanho não poderá exceder a 50MB POR ARQUIVO, podendo ser incluídos quantos arquivos forem necessários, desde que não ultrapasse o limite (50MB) para cada arquivo, no prazo concedido pelo Presidente da Comissão, não podendo ser inferior a 2 (duas) horas, após solicitação no sistema eletrônico. Somente mediante autorização do Presidente e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação através do e-mail: [rdceletronico@far.fiocruz.br](mailto:rdceletronico@far.fiocruz.br).

12.3.1. Posteriormente, os documentos serão remetidos em original, por qualquer processo de cópia reprográfica, autenticada por tabelião de notas, ou por servidor da Administração, desde que conferidos com o original, ou publicação em órgão da imprensa oficial, para análise, no prazo de 3 (três) dias úteis, após solicitação no *chat*, o que ocorrerá quando encerrado a aceitação e habilitação.

12.3.2. A documentação de habilitação deverá ser entregue, nos dias úteis, no endereço: Av. Comandante Guarany, 447, Curicica, Jacarepaguá, de 2ª a 6ª feira (dias úteis), das 09h00min às 12h00min e das 13h00min às 15h00min, em envelope opaco e fechado, contendo os seguintes dizeres:

**COMISSÃO DE LICITAÇÃO**  
**ENVELOPE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**  
**RDC- e nº 002/2019-FAR**  
**RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE/CNPJ**

12.4. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

12.5. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

12.5.1. A não regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, com a reabertura da sessão pública.



PROCESSO Nº: 25387.000490/2017-34

RDC ELETRÔNICO Nº 002/2019-FAR

12.6. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Presidente suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

12.7. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

12.8. No julgamento da habilitação, o Presidente poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação.

12.9. Se os documentos de habilitação não estiverem completos e/ou corretos e/ou contrariarem qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, o Presidente considerará o proponente inabilitado, devendo instruir o processo com vistas a possíveis penalidades.

12.10. Todos os documentos deverão estar em nome do licitante. Se o licitante for matriz, os documentos deverão estar com o número do CNPJ da matriz. Se for filial, os documentos deverão estar com o número do CNPJ da filial, salvo aqueles que, por sua natureza, comprovadamente, são emitidos em nome da matriz.

12.11. Após habilitar o item, o sistema, automaticamente, abrirá prazo para o registro de intenção de recurso da fase de habilitação, momento em que o licitante deverá apresentar motivação, sob pena de preclusão.

12.12. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos, contrarrazões e decisões, ocorrerão na forma do item 14 deste edital.

12.13. Da sessão pública do RDC divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

### **13. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

13.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

13.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

13.1.2. Quando houver erro no julgamento das propostas ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa anterior ao aceite das propostas.

13.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

13.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (*chat*) ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.



PROCESSO Nº: 25387.000490/2017-34

RDC ELETRÔNICO Nº 002/2019-FAR

13.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## 14. DOS RECURSOS

14.1. Haverá fase recursal única, após o término da fase de habilitação.

14.2. Os licitantes que desejarem recorrer em face dos atos do julgamento da proposta ou da habilitação deverão manifestar imediatamente, em campo próprio do sistema, após o término de cada sessão, a sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

14.3. As razões dos recursos deverão ser apresentadas no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir da data da intimação ou da lavratura da ata, conforme o caso.

14.3.1. O prazo para apresentação de contrarrazões será de 5 (cinco) dias úteis e começará imediatamente após o encerramento do prazo a que se refere o subitem anterior (prazo de recurso).

14.3.2. É assegurado aos licitantes obter vista dos elementos dos autos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento.

14.4.1. Os prazos previstos neste edital iniciam e expiram exclusivamente em dia de expediente no âmbito de Farmanguinhos.

14.5. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da autoridade que praticou o ato recorrido, cabendo a esta reconsiderar sua decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão do recurso ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do seu recebimento, sob pena de apuração de responsabilidade.

14.6. O acolhimento de recurso implicará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

## 15. DO ENCERRAMENTO

15.1. Finalizada a fase recursal, a administração pública poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado.

15.2. Exaurida a negociação prevista no subitem anterior, o procedimento licitatório será encerrado e os autos encaminhados à autoridade superior, que poderá:

15.2.1. Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades que forem supríveis.

15.2.2. Anular o procedimento, no todo ou em parte, por vício insanável.

15.2.3. Revogar o procedimento por motivo de conveniência e oportunidade; ou

15.2.4. Adjudicar o objeto e homologar a licitação e convocar o licitante vencedor para



PROCESSO Nº: 25387.000490/2017-34

RDC ELETRÔNICO Nº 002/2019-FAR

a assinatura do contrato, preferencialmente em ato único.

15.3. As normas referentes a anulação e revogação de licitações previstas no [art. 49 da Lei nº 8.666, de 1993](#), aplicam-se às contratações regidas pelo RDC.

15.4. Caberá recurso no prazo de cinco dias úteis contado a partir da data da anulação ou revogação da licitação, observado o disposto nos arts. 53 a 57 do Decreto nº 7.581/2011, no que couber.

15.5. Convocado para assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, o interessado deverá observar os prazos e condições estabelecidos, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas em lei.

15.6. É facultado à administração pública, quando o convocado não assinar o termo de contrato, ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo e condições estabelecidos:

15.6.1. Revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das cominações previstas na [Lei nº 8.666, de 1993](#), e neste Decreto; ou

15.6.2. Convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas pelo licitante vencedor.

15.6.2.1. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem anterior, a Administração poderá convocar os mesmos licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

## 16. DOS CONTRATOS E DE SUA EXECUÇÃO

16.1. Os contratos administrativos celebrados serão regidos pela Lei nº 8.666/1993, com exceção das regras específicas previstas na Lei nº 12.462/2011 e no Decreto nº 7.581/2011.

16.2. Após a homologação da licitação, o adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, que obedecerá ao modelo Anexo XIII deste Edital - TERMO DE CONTRATO.

16.3. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN, bem como ao CEIS, CNJ e TSU-Inidôneos, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.



PROCESSO Nº: 25387.000490/2017-34

RDC ELETRÔNICO Nº 002/2019-FAR

16.3.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

16.3.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

16.4. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

16.4.1. O prazo para assinatura e devolução do Termo de Contrato poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

16.5. A CONTRATADA ficará obrigada a executar fielmente os serviços programados nas especificações, não se admitindo modificações sem prévia consulta e concordância da FIOCRUZ.

16.6. A CONTRATADA obriga-se, em especial, a apresentar todas as documentações exigidas, atualizadas e em dia com as obrigações legais relativas à sua profissão, incluída as respectivas ART's dos profissionais ora envolvidos no presente contrato em um prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados a partir da data de assinatura do contrato.

16.6.1. Em caso de substituição do profissional após o início do projeto, a CONTRATADA se obriga a apresentar as ART's dos novos profissionais em substituição ao profissional anterior em um prazo máximo de 10 (dez) dias, após a sua aprovação pela CONTRATANTE.

16.7. Na hipótese de celebração de aditivos contratuais para a inclusão de novos serviços, o preço desses serviços será calculado considerando o custo de referência e a taxa de BDI de referência especificada no orçamento-base da licitação, subtraindo desse preço de referência a diferença percentual entre o valor do orçamento-base e o valor global do contrato obtido na licitação, com vistas a garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e a manutenção do percentual de desconto ofertado pelo contratado, em atendimento ao art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e aos arts. 14 e 15 do Decreto nº. 7.983/2013.

## **17. LOCAL / PRAZO DE EXECUÇÃO DO OBJETO E DE VIGÊNCIA DO CONTRATO**

17.1. O local dos serviços é no INSTITUTO TECNOLOGIA EM FÁRMACOS (CTM), Campus da FIOCRUZ em Jacarepaguá / RJ.





PROCESSO Nº: 25387.000490/2017-34

RDC ELETRÔNICO Nº 002/2019-FAR

17.2. O prazo de execução dos serviços será de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data constante na Autorização para início dos serviços, emitida pela FIOCRUZ.

17.2.1. A expedição da Ordem de Serviço somente se efetivará após a publicação do extrato do Contrato no Diário Oficial da União e a entrega da “Garantia de Cumprimento do Contrato”, cumprimento dos requisitos de segurança e saúde para integração dos profissionais, apresentação do RDO (Registro Diário de Obras), currículo e ART do profissional responsável técnico pela obra e currículo do(s) profissional(is) encarregado(s) pela obra.

17.2.2. O profissional responsável técnico pela obra deverá ter comprovada experiência em gerenciamento ou execução de obras de carácter sanitário/farmacêutico de pelo menos 5 serviços semelhantes tecnicamente ao descrito no Projeto Básico.

17.2.3. O(s) profissional(is) encarregado(s) da obra deverão estar permanentemente alocado(s) na obra durante toda a execução do serviço e deverão ter comprovada experiência em supervisão e coordenação de obras de carácter sanitário/farmacêutica de pelo menos 3 serviços semelhantes tecnicamente ao descrito no Projeto Básico.

17.2.3.1. Para comprovação da experiência profissional da capacitação técnico-profissional: apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, bem como participação da equipe técnica relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação.

17.2.4. Anteriormente à emissão da Ordem de Serviço ocorrerá uma reunião preliminar (Reunião de Partida) entre a licitante vencedora e a Fiscalização, nesta reunião será dado um prazo máximo de 10 (dez) dias para a apresentação de toda a documentação preliminar.

17.2.4.1. Esta reunião ocorrerá em até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato.

17.2.4.2. A reunião de partida do contrato entre a CONTRATADA e Farmanguinhos acontecerá após a convocação da fiscalização, no endereço do subitem 12.1.1.1, no Rio de Janeiro. Nessa reunião, as partes deverão apresentar mutuamente as suas equipes técnicas.

17.2.5. O prazo de vigência do contrato será de 10 (dez) meses, contados a partir do primeiro dia útil seguinte da sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma do art. 57, inciso I, da Lei nº 8.666/93.

17.2.5.1. Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação nas condições dispostas no art. 57, Parágrafo Primeiro, incisos I/ VI, da Lei nº 8.666/93.

## 18. DO RECEBIMENTO DO OBJETO



PROCESSO Nº: 25387.000490/2017-34

RDC ELETRÔNICO Nº 002/2019-FAR

18.1. O recebimento do objeto se dará:

18.1.1. Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita da CONTRATADA.

18.1.2. Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei 8.666/93.

18.1.3. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

## 19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

19.1. As obrigações da CONTRATADA são aquelas previstas no Projeto Básico, Termo de Contrato, e todos os anexos deste Edital.

19.2. Fica determinado que os projetos, especificações e toda a documentação relativa à obra são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe mencionado em um documento e omitido em outro será considerado especificado e válido.

19.3. O contrato compreenderá a totalidade dos serviços, baseado na relação de preços propostos pela licitante, considerados finais e incluindo todos os encargos, taxas e bonificações.

19.4. A empresa contratada deverá colocar e manter placas indicativas do empreendimento, de acordo com os modelos adotados pela FIOCRUZ, que deverão ser afixadas em local apropriado, enquanto durar a execução dos serviços.

19.5. A empresa contratada deverá providenciar, sem ônus para a FIOCRUZ e no interesse da segurança dos usuários e do seu próprio pessoal, o fornecimento de roupas adequadas ao serviço e de outros dispositivos de segurança a seus empregados, bem como a sinalização diurna e noturna nos níveis exigidos pelas Normas da FIOCRUZ, da ABNT e do Ministério do Trabalho.

19.6. A produção ou aquisição dos materiais e respectivo transporte são de inteira responsabilidade do contratado.

19.7. Executar todo o serviço de acordo com os projetos, especificações e demais elementos técnicos que integrarão o Projeto Básico, obedecendo rigorosamente as Normas Técnicas da ABNT e das concessionárias de serviços públicos e o Caderno de Encargos, conforme será referido nas Condições Específicas do edital, assim como as determinações da contratante e da legislação pertinente.

19.8. Executar perfeitamente o objeto do Contrato, devendo os materiais empregados receber prévia aprovação da fiscalização, que se reserva o direito de rejeitá-los, caso não satisfaçam aos padrões especificados.



PROCESSO Nº: 25387.000490/2017-34

RDC ELETRÔNICO Nº 002/2019-FAR

19.9. Quando, por motivo de força maior houver a necessidade de aplicação de material "similar" ao especificado, submeter o pretendido a Fiscalização para que a mesma, através de laudos, pareceres e levantamentos de custos, possa se pronunciar pela aprovação ou não do mesmo.

19.10. Executar o controle tecnológico de materiais, componentes e sistemas construtivos (ensaios laboratoriais) para evidenciar o atendimento às Normas Técnicas da ABNT.

19.11. Fornecer todo material e equipamento necessário à perfeita execução do serviço ora contratado, devendo o material a ser empregado ser de primeira qualidade. No caso de equipamento deverá ser exigida da CONTRATADA, até a fase do Recebimento Provisório do Serviço, original ou cópia autenticada da aquisição dos equipamentos, da instalação, do certificado de garantia, do manual de operação e do manual de manutenção.

19.12. A CONTRATADA deverá disponibilizar em campo no mínimo 2 (duas) máquinas de solda Tig automática orbital durante o tempo de execução dos serviços.

19.13. A CONTRATADA é responsável por todos os ônus e pelo cumprimento de todas as leis com referência aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, bem como por todas as despesas decorrentes de eventuais trabalhos noturnos e extraordinários, ou, ainda, por todos os danos causados diretamente a FIOCRUZ ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a Fiscalização ou o acompanhamento pela FIOCRUZ.

19.14. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais, comerciais e previdenciários referidos nesta cláusula, não transferirá à FIOCRUZ a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato ou restringir a regularização e o uso dos serviços e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis, respondendo solidariamente, a FIOCRUZ, pelos encargos previdenciários, nos termos do art. 71, § 2º, da lei 8.666/93.

19.15. Fornecer, sempre que solicitados pela FIOCRUZ, comprovantes de pagamento dos empregados e do recolhimento dos encargos sociais/trabalhistas.

19.16. Não subcontratar, no percentual permitido, o objeto do presente Contrato, sem prévia anuência da FIOCRUZ.

19.17. A CONTRATADA deverá efetuar o pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto do contrato, até o recebimento definitivo dos serviços.

19.18. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação que serão exigidas no Edital e seus anexos e adotar normas técnicas de saúde e de segurança do trabalho adequadas.

19.19. Manter no local, profissional (ais) devidamente habilitado (s), conforme indicado na fase de habilitação da Licitação, admitindo-se a substituição por outro (s) de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela FIOCRUZ.



PROCESSO Nº: 25387.000490/2017-34

RDC ELETRÔNICO Nº 002/2019-FAR

19.20. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, objeto deste Contrato em que se verifique vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do serviço ou materiais empregados.

19.21. Registrar o serviço no INSS, através da matrícula CEI, de acordo com a Instrução Normativa RFB nº 971/2009.

19.22. Deverá a CONTRATADA, quando da 1ª reunião com a fiscalização, apresentar o Plano de Trabalho detalhado e a programação de serviços.

19.23. Fica estabelecido que a realização, pela CONTRATADA, de qualquer elemento ou subcontratação do serviço, implicará na tácita aceitação por parte dela, dos materiais, processos e dispositivos adotados nos termos deste Edital.

19.24. A Licitante vencedora fornecerá o RDO dentro do prazo estabelecido para emissão da ordem de serviço, onde deverão ser registrados os fatos que possam acarretar modificações na execução, atraso no prazo contratual ou quaisquer outras ocorrências cujo registro se torne conveniente.

19.25. Quaisquer modificações a serem introduzidas, sejam em nível de execução, projeto, especificações, planilhas, cronogramas e outras pertinentes ao objeto deste Edital, somente poderão ser efetuadas com autorização da fiscalização, na forma da Lei 8.666/93.

19.26. A Licitante vencedora se obriga a refazer os serviços que vierem a ser recusados pela fiscalização, sem que isto implique na dilação do prazo de execução e nem no aumento de custos, a não ser por motivo de força maior definido em lei e reconhecido pela FIOCRUZ.

19.27. A execução do serviço deverá obedecer rigorosamente às prescrições das normas da ABNT, às disposições legais do Estado, das Concessionárias locais e às recomendações dos fabricantes de materiais.

19.28. Todo e qualquer serviço será executado por profissionais habilitados, e a Licitante vencedora assumirá integral responsabilidade pela boa execução e eficiência do serviço que efetuar, bem como pelos danos decorrentes da realização dos referidos trabalhos.

19.29. O trânsito de pessoal do serviço ficará restrito a área do mesmo, não sendo permitido a permanência de operários sem camisa, ou de short, sendo obrigatória também à utilização de crachá de identificação.

19.30. A eventual alteração de jornada de trabalho, jornadas noturnas e/ou nos sábados e domingos, deverá ser previamente informada à fiscalização, que promoverá a oficialização da mesma, providenciando autorização de trabalho, acesso ao Campus, etc.

19.31. A Licitante vencedora deverá adotar normas técnicas de saúde e de segurança do trabalho adequadas, conforme Lei n.º 6.514 de 22 de dezembro de 1977 e portaria do Ministério do Trabalho n.º 3.214 de 08 de junho de 1978, de acordo com as especificações que constam deste Edital.



PROCESSO Nº: 25387.000490/2017-34

RDC ELETRÔNICO Nº 002/2019-FAR

19.32. A Licitante vencedora deverá manter no canteiro, como responsáveis técnicos os profissionais habilitados, devidamente regularizados no CREA e/ou CAU, cujos nomes e registros deverão ser comunicados à fiscalização, através do RDO, antes do início do serviço. Nesta ocasião, também deverão ser entregues a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e/ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) dos profissionais indicados, devidamente pagas ao CREA e/ou CAU.

19.33. A Licitante vencedora deverá apresentar, no prazo de mobilização do serviço, o diagrama PERT - CPM (Programa Evaluation and Review Technique - Critical Path Method), que poderá ser traduzido por Técnica de Avaliação e Revisão de Programa - Método do Caminho Crítico. Este diagrama deverá ser atualizado e acompanhado pelo responsável técnico do serviço até o término do contrato, inclusive quando houver alteração de serviços a Empresa deverá mandar o PERT atualizado.

19.34. A licitante vencedora durante o serviço de execução da mobilização/montagem deverá executar as instalações do canteiro do serviço, aprovado previamente pela Fiscalização, de acordo com as disposições que constam deste Edital, realizar e entregar o planejamento do serviço e o dimensionamento da equipe de trabalho nos primeiros dias do serviço, apresentar a matrícula CEI referente ao registro do serviço no INSS, fazer a comunicação prévia de acordo com a NR18 (18.2) na Delegacia Regional do Trabalho, entregar a cópia do PCMSO acompanhado dos ASOS, PPRA e PCMAT, entregar as Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) dos profissionais indicados, devidamente pagas ao CREA e o respectivo visto emitido pelo Conselho Regional de Engenharia (CREA) para a execução dos serviços. A não entrega dos documentos solicitados no prazo máximo de 15 dias após a assinatura do contrato impossibilitará a continuidade do mesmo sendo aplicadas às sanções administrativas que serão previstas neste Edital e seus anexos.

19.35. O transporte e instalação dos Sistemas Modulares, no início do contrato, assim como o desmonte e a retirada ao término do contrato, ficarão a cargo da CONTRATADA, com a devida solicitação da CONTRATANTE.

19.36. A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pelo fiel cumprimento de todas as disposições e acordos relativos à legislação social e trabalhista em vigor, particularmente no que se refere ao pessoal alocado nos serviços objeto do contrato.

19.37. A CONTRATADA deverá garantir que os trabalhos executados estejam de acordo com seus deveres relativos à aquisição, utilização e defeitos de fabricação em materiais, as falhas cometidas pela mão de obra ou métodos de execução dos serviços e ao tempo de garantia do serviço, de conformidade com o disposto no Código Civil Brasileiro de 10 de janeiro de 2002, Parte especial, Livro I, Título VI, Capítulo VIII (Da Empreitada).

19.38. A Contratada deverá dispor sem ônus para o Contratante de instalações provisórias para guarda de materiais, equipamentos, ferramentas, bem como local com vestiários e banheiros de acordo com a NR nº18 e 24 do M.T.E visando acomodar sua mão de obra durante a execução dos serviços.





PROCESSO Nº: 25387.000490/2017-34

RDC ELETRÔNICO Nº 002/2019-FAR

19.39. A Contratada deverá, obrigatoriamente, apresentar ao Fiscal do Contrato todos documentos referentes à legislação Trabalhista e Previdenciária solicitado pelo mesmo, no prazo de 10 (dez) dias após a reunião de partida na forma do ANEXO AO EDITAL – F.SMS.41 02 – Documentos Obrigatórios para Empresas Contratadas ou Subcontratadas, a ser disponibilizado, e possíveis atualizações. O setor técnico do Contratante GSMS - Gerência de Segurança, Meio Ambiente e Sustentabilidade irá avaliar e validar a documentação entregue para posterior autorização do início das atividades.

19.40. Conceder LIVRE ACESSO aos seus documentos e registros contábeis, referentes ao objeto da licitação, para os Servidores ou Empregados do Órgão ou Entidade Contratante e dos Órgãos de Controle Interno e Externo.

19.41. Ceder à FIOCRUZ, sem qualquer ônus adicional, todos os direitos autorais de natureza patrimonial e intelectual referentes aos serviços realizados no âmbito do contrato decorrente desta licitação, incluindo os direitos de divulgação em qualquer tipo de mídia, existente ou que venha a existir, desde que, na divulgação, conste o crédito aos profissionais responsáveis pela elaboração dos mesmos.

19.42. Assinar, em conjunto com a CONTRATANTE, o TERMO DE COMPROMISSO E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DE CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS PATRIMONIAIS – disponibilizado no Anexo XIV, deste Edital.

19.43. Assinar o TERMO DE COMPROMISSO DE SIGILO DE INFORMAÇÕES - a ser disponibilizado no Anexo XV, deste Edital, ficando proibida a quebra de sigilo sobre as informações e documentos recebidos da FIOCRUZ para a execução dos serviços contratados, bem como sobre os desenvolvidos pela CONTRATADA, por força do Contrato.

19.44. Executar os serviços conforme especificações que constarão do Projeto Básico e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade suficientes para a realização plena dos serviços que serão objeto do Projeto Básico.

19.45. Correrá às expensas da Contratada as despesas para manter as ferramentas e equipamentos, necessários ao cumprimento do serviço, sob perfeito estado de funcionamento.

19.46. As ferramentas, inclusive as de uso em rede elétrica, devem estar com seu material isolante em perfeito estado.

19.47. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

19.48. Manter o empregado nos horários predeterminados pela Administração.

19.49. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia, caso seja exigida



PROCESSO Nº: 25387.000490/2017-34

RDC ELETRÔNICO Nº 002/2019-FAR

no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.

19.50. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor apresentando cópia dos respectivos diplomas.

19.51. É responsabilidade da Contratada fornecer os Uniformes e vestimentas apropriadas, crachás de identificação e Equipamentos de Proteção Individual – EPI (com os respectivos Certificados de Aprovação – CA – dentro da data de validade) para seus colaboradores, sem custos para a CONTRATANTE, e adequados aos riscos ambientais onde seus empregados estiverem exercendo suas atividades.

19.52. Os crachás de identificação, deverão ser confeccionados em PVC rígido, com fotografia recente, função descrita e nº de RG, para uso obrigatório para acesso nas dependências do Instituto de Tecnologia em Fármacos.

19.53. Todas as instalações provisórias de apoio deverão ser desmobilizadas e deverão ser executados todos os acertos que se façam necessários no terreno tais como reaterros, regularização, limpeza e reurbanização no local, por empresa legalizada que dará a destinação adequada aos resíduos em conformidade com a legislação ambiental e procedimentos internos de Farmanguinhos.

19.54. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à CONTRATANTE.

19.55. A Contratada deverá atender as Normas Técnicas da ABNT, Legislação Ambiental Federal, Estadual e Municipal vigente e de Segurança e Saúde assim como as NR's aplicáveis ao objeto de contratação.

19.56. Atender aos requisitos, aplicáveis, da NR 06 – Equipamento de Proteção Individual – EPI.

19.57. Atender aos requisitos, aplicáveis, da NR 10 – referente a Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade.

19.58. Atender aos requisitos, aplicáveis, da NR 18 – referente a Condições e Meio Ambiente de Trabalho na indústria da Construção.

19.59. Para as áreas de vivência, atender aos requisitos, aplicáveis, da NR 23 – referente a Proteção Contra Incêndios.

19.60. Atender aos requisitos, aplicáveis, da NR 24 – referente a Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho.

19.61. Atender aos requisitos, aplicáveis, da NR 25 – referente a resíduos Industriais.

19.62. Atender aos requisitos, aplicáveis, da NR 26 – referente a Sinalização de Segurança.

19.63. Atender aos requisitos, aplicáveis, da NR 35 – referente a Trabalhos em Altura.



PROCESSO Nº: 25387.000490/2017-34

RDC ELETRÔNICO Nº 002/2019-FAR

19.64. Atender aos requisitos da Lei 12305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos; ABNT 10004/2004 – Classificação de Resíduos e ABNT 14001/2004 – Sistema de Gestão Ambiental.

19.65. Todo e qualquer curso e treinamento, obrigatório por lei, relacionado à Segurança e Saúde no Trabalho correrá por conta da contratada com supervisão do Setor de SMS da CONTRATANTE.

19.66. A contratada é obrigada a obedecer a Legislação Trabalhista (Consolidação das Leis do Trabalho - CLT) - Decreto-lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943 e a Legislação Previdenciária - Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 e Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1999 e suas alterações posteriores.

19.67. Obedecer aos artigos 154 a 201 da CLT e às complementações contidas nas 35 Normas de Segurança e Saúde do Trabalho, vinculadas à Portaria nº 3.214, de 8 de junho de 1978, incluindo suas alterações posteriores.

19.68. A Contratada fica obrigada no momento da assinatura do contrato, autorizar Farmanguinhos a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salário e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem adimplidos.

19.69. Apresentar à CONTRATANTE, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço.

19.70. O pagamento das despesas com alimentação e transporte da equipe durante o período de trabalho será de responsabilidade da Contratada.

19.71. As despesas com viagens, abrangendo hospedagens, refeições, deslocamentos e passagens eventualmente necessárias ao acompanhamento de comissionamento e testes em fábrica de equipamentos, serão de responsabilidade e as expensas da Contratada, e somente serão pagas se o evento efetivamente vier a ocorrer.

19.72. Levar, imediatamente, ao conhecimento do fiscal do contrato Farmanguinhos, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorrer na execução do objeto contratado, para adoção das medidas cabíveis.

19.73. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração.

19.74. Instruir seus empregados a manterem sigilo a respeito das informações e quaisquer outros assuntos ligados a documentos e seus conteúdos, que porventura cheguem ao seu conhecimento por força da execução dos serviços.

19.75. Responsabilizar-se por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de caso fortuito ou de força maior, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto à obra, respondendo,



PROCESSO Nº: 25387.000490/2017-34

RDC ELETRÔNICO Nº 002/2019-FAR

ainda, dentro das disposições das leis trabalhista, previdenciárias e pelas demais exigências legais/normativas para o exercício das atividades.

19.76. Atender as solicitações da CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito no Projeto Básico a ser elaborado.

19.77. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

19.78. Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

19.79. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

19.80. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste instrumento, bem como no Edital e seus anexo.

19.81. Se a Contratada não se situar no município do Rio de Janeiro, deverá se instalar nesta cidade (admitindo-se escritório na região metropolitana do Rio de Janeiro), estrutura administrativa que suporte os compromissos assumidos com a CONTRATANTE: Caso a CONTRATADA não se situe no município do Rio de Janeiro, a instalação deverá se dar em até 60 (sessenta) dias, contados da data da assinatura do Contrato.

19.82. No início das atividades, a contratada deverá, obrigatoriamente, apresentar ao Setor de SMS da CONTRATANTE, os Atestados de Saúde Ocupacional - ASO de cada empregado, dentro do período de validade, conforme estabelecido na legislação trabalhista e entregar a listagem de todos os Equipamentos de Proteção Individual – EPI que serão utilizados, com os respectivos Certificados de Aprovação - CA, para avaliação e aprovação da CONTRATANTE; A atividade de engenharia ou de arquitetura ora especificada deverá ser devidamente registrada junto ao CREA-RJ, correndo as suas expensas eventuais taxas e custos decorrentes.

19.83. Para todas as atividades, é obrigatório o uso de EPI's e EPC's determinados na APR (análise preliminar de risco) e na PT (permissão de trabalho) emitida pelo Serviço de Segurança do Trabalho do CTM-Farmanguinhos.

19.84. Os empregados da contratada só poderão executar suas atividades após ter a Permissão de Trabalho - PT emitida pelo Setor de Segurança, Meio Ambiente e Saúde – SMS.

19.85. Participar de todas as reuniões convocadas por FARMANGUINHOS, as quais deverão contratada.



PROCESSO Nº: 25387.000490/2017-34

RDC ELETRÔNICO Nº 002/2019-FAR

19.86. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada cujos empregados vinculados ao serviço sejam regidos pela CLT deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

19.87. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

19.88. A participação na presente licitação implica a concordância do licitante com a adequação de todos os projetos que serão anexados ao edital, de modo que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a dez por cento do valor total do futuro contrato, nos termos do art. 13, II do Decreto n. 7.983/2013.

## 20. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

20.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

20.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

20.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

20.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, conforme cronograma físico-financeiro.

20.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada consoante previsão na legislação.

20.6. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

20.7. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

20.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada.





PROCESSO Nº: 25387.000490/2017-34

RDC ELETRÔNICO Nº 002/2019-FAR

20.9. Arquivamento, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas, certificados e manuais após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

## 21. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

21.1. A CONTRATADA, no prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do Termo de Contrato, prestará garantia no valor correspondente a 10% (dez por cento) do valor do Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

21.1.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

21.1.2. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a FIOCRUZ a promover a retenção dos pagamentos devidos à CONTRATADA, até o limite de 10% (dez por cento) do valor do contrato a título de garantia, a serem depositados junto à Caixa Econômica Federal, com correção monetária, em favor da FIOCRUZ.

21.2. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de mais 3 (três) meses após o término da vigência contratual.

21.3. A garantia assegurará qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

21.3.1. Prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas.

21.3.2. Prejuízos causados à FIOCRUZ ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato.

21.3.3. As multas moratórias e punitivas aplicadas pela FIOCRUZ à CONTRATADA.

21.4. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da FIOCRUZ, na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

21.5. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições aditadas.

21.6. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

21.7. A FIOCRUZ não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

21.7.1. Caso fortuito ou força maior.

21.7.2. Alteração, sem prévia anuência da CONTRATADA, das obrigações contratuais.



PROCESSO Nº: 25387.000490/2017-34

RDC ELETRÔNICO Nº 002/2019-FAR

21.7.3. Descumprimento das obrigações pelo contratado decorrentes de atos ou fatos praticados pela FIOCRUZ.

21.7.4. Atos ilícitos dolosos praticados por servidores da FIOCRUZ.

21.7.5. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas neste item.

21.8. Será considerada extinta a garantia:

21.8.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da FIOCRUZ, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato.

21.8.2. No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência, caso a FIOCRUZ não comunique a ocorrência de sinistros.

## 22. DA SUBCONTRATAÇÃO

22.1. É vedada a subcontratação total do objeto do contrato. O contratado, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes do serviço somente com a prévia aprovação da FIOCRUZ.

22.2. Com base no art. 10, do Decreto nº 7.581/2011, será permitida a subcontratação para as atividades que não constituam o escopo principal do objeto, até o limite de até 15% (quinze por cento) do valor do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais previstas na legislação. Os serviços que serão passíveis de subcontratação serão os seguintes itens da planilha orçamentária:

- a) Detalhamento dos projetos
- b) Instalação Provisórias /Mobilização / Manutenção do Canteiro
- c) Serviços civis (fechamentos, forros, pisos e etc)
- d) Testes e comissionamento
- e) Levantamento e registro gráfico – eletrônico de “as built”
- f) Limpeza / Mobilização e Desmobilização / Recomposições.

22.3. Em caso de subcontratação, durante a sessão pública eletrônica, após convocação do Comprasnet, poderá o licitante apresentar os dados da subcontratada, para fins de habilitação ou justificar a não apresentação naquele momento.

22.4. Em caso de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da contratada pela perfeita execução contratual, inclusive das garantias, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

22.5. A subcontratação dependerá de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica



PROCESSO Nº: 25387.000490/2017-34

RDC ELETRÔNICO Nº 002/2019-FAR

necessários para a execução do objeto, aplicando-se as demais cláusulas relacionadas à subcontratação contidas nas Premissas da Contratação e no Edital a ser elaborado.

22.6. O contratado deverá apresentar documentação do subcontratado que comprove sua habilitação jurídica, regularidade fiscal e a qualificação técnica necessária à execução da parcela da obra ou do serviço subcontratado.

22.7. Não se admite a subcontratação de itens de serviços que tenham sido exigidos para fins de qualificação técnica na presente licitação.

## 23. DO PAGAMENTO

23.1. Os pagamentos serão efetuados por meio de medições mensais, de acordo com os ditames que serão estabelecidos no Projeto Básico – Anexo IV do Edital. As medições terão por base os critérios de pagamento que constam neste edital e seus anexos.

23.2. O pagamento será efetuado pela Contratante após a conclusão de cada etapa prevista no cronograma físico-financeiro, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o detalhamento da execução do objeto e dos materiais empregados.

23.2.1. Esse prazo abrange tanto o prazo para a empresa apresentar a Nota Fiscal/Fatura, disciplinado abaixo, como o prazo para o fiscal atestá-la, e demais trâmites burocráticos. Ou seja, é o prazo desde a apresentação até o envio da ordem bancária.

23.3. A apresentação da Nota Fiscal/Fatura deverá ocorrer no prazo de 05 (cinco) dias, contado da data final do período de adimplemento da parcela da contratação a que aquela se referir.

23.3.1. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciará-se após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

23.4. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação à etapa do cronograma físico-financeiro executada.

23.5. Será adotado o pagamento proporcional dos valores pertinentes à administração local relativamente ao andamento físico do objeto contratual, nos termos definidos no Projeto Básico e no respectivo cronograma, conforme Acórdão nº 2622/2013 – TCU – Plenário, no item 9.3.2.2: “[...] estabelecer, nos editais de licitação, critério objetivo de medição para a administração local, estipulando pagamentos proporcionais à execução financeira da obra, abstendo-se de utilizar critério de pagamento para esse item como um valor mensal fixo, evitando-se, assim, desembolsos indevidos de administração local em virtude de atrasos ou de prorrogações injustificadas do prazo de execução contratual, com



PROCESSO Nº: 25387.000490/2017-34

RDC ELETRÔNICO Nº 002/2019-FAR

fundamento no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e nos arts. 55, inciso III, e 92, da lei nº 8.666/1993;”

23.6. Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

23.6.1. Não produziu os resultados acordados.

23.6.2. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida.

23.6.3. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do objeto, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

23.7. O pagamento será efetuado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente, indicados pela Contratada.

23.8. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária.

23.9. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 26 de abril de 2018.

23.10. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

23.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

23.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

23.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

23.14. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.



PROCESSO Nº: 25387.000490/2017-34

RDC ELETRÔNICO Nº 002/2019-FAR

23.15. No momento do pagamento, a título de tributos e contribuições federais serão retidas na fonte as alíquotas correspondentes ao serviço a ser executado, discriminadas na IN RFB nº 1.234/2012.

23.15.1. Será retida na fonte, a título de "Retenção para a Seguridade Social", a alíquota correspondente incidente sobre o valor bruto da Nota Fiscal do serviço, na forma do Regulamento da Previdência Social aprovado pelo Decreto nº 3.048/99 e IN RFB nº 971/09, excluídos os casos previstos nessa legislação.

23.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

$EM$  = Encargos moratórios.

$N$  = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

$VP$  = Valor da parcela a ser paga.

$I$  = Índice de atualização financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$

$I = 0,00016438$

$I = \frac{(6/100)}{365}$

$TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$

## 24. DO REAJUSTE

24.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Contrato, **Anexo XIII**, deste Edital.

## 25. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

25.1. As sanções previstas neste Edital são advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitação, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade, nos termos do art. 47 da Lei nº 12.462/2011.

25.2. As sanções administrativas, criminais e demais regras previstas no Capítulo IV da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, aplicam-se às licitações e aos contratos regidos pela Lei do RDC, conforme prescreve o § 2º, do art. 47 da Lei nº 12.462/2011.

25.3. Para efeito das sanções previstas neste edital, considera-se:

25.3.1. **INEXECUÇÃO PARCIAL DO OBJETO**, quando:

25.3.1.1. A CONTRATADA executar, até o final de 30% do prazo de execução do objeto, menos de 40% do previsto no cronograma físico-financeiro por ela apresentado e aprovado pela Fiscalização.





PROCESSO Nº: 25387.000490/2017-34

RDC ELETRÔNICO Nº 002/2019-FAR

25.3.1.2. A CONTRATADA executar, até o final de 60% do prazo de execução do objeto, menos de 70% do previsto no cronograma físico-financeiro por ela apresentado e aprovado pela Fiscalização.

25.3.1.3. A CONTRATADA executar, até o final do prazo de execução do objeto, menos de 80% do total do contrato.

25.3.1.4. Houver atraso injustificado por mais de 60 [sessenta] dias após o término do prazo fixado para a conclusão do serviço.

25.3.1.5. Houver falhas reiteradas na execução do serviço, caracterizando imperícia técnica.

25.3.2. **INEXECUÇÃO TOTAL DO OBJETO**, quando:

25.3.2.1. Houver atraso injustificado para início dos serviços por mais de 15 [quinze] dias após a emissão da Ordem de Serviço pelo FIOCRUZ, incluindo a não apresentação de documentação, como, por exemplo, ART.

25.4. **ADVERTÊNCIA** é o aviso por escrito emitido ao CONTRATADO e será expedido pela Autoridade Competente, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório, bem como nos casos de descumprimento de obrigação em fase de execução contratual.

25.5. **MULTA** é a sanção pecuniária que será imposta ao CONTRATADO, pela Autoridade Competente, por imperícia técnica, omissão e/ou atraso injustificado na entrega da execução dos serviços.

25.5.1. As multas serão aplicadas nos seguintes percentuais:

25.5.1.1. **0,3% [três décimos por cento]** por dia de atraso injustificado, calculado sobre o valor correspondente a etapa de execução prevista no cronograma físico-financeiro em validade e de seus aditivos.

25.5.1.2. **15% [quinze por cento]** sobre o valor atualizado do contrato no caso de recusa do contratado em retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração.

25.5.1.3. **15% [quinze por cento]** sobre o saldo do contrato atualizado por inexecução parcial.

25.5.1.4. **20% [vinte por cento]** sobre o valor atualizado do contrato, pela inexecução total do contrato.

25.5.2. A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e será executada após regular processo administrativo, observada a seguinte ordem:

25.5.2.1. Mediante desconto no valor das parcelas devidas à CONTRATADA.

25.5.2.2. Mediante quitação do valor da penalidade por parte da licitante.



PROCESSO Nº: 25387.000490/2017-34

RDC ELETRÔNICO Nº 002/2019-FAR

25.5.2.3. Mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato e:

25.5.2.4. Mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

25.5.3. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá à CONTRATADA pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços – Mercado [IGP-M] ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.

25.5.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade.

25.5.5. A sanção pecuniária prevista no subitem 25.5.1.4 não se aplica nas hipóteses de rescisão contratual que não ensejam penalidades.

25.6. **SUSPENSÃO** é a sanção imposta ao CONTRATADO, impedindo-o temporariamente de participar de licitações e de contratar com a FIOCRUZ, pelo prazo que o órgão fixar e será arbitrado de acordo com a natureza e a gravidade da falta, respeitado o limite de 2 (dois) anos, conforme estabelecido no art. 87, inciso III, da Lei nº 8.666/93.

25.7. **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** é a penalidade administrativa decorrente de irregularidade praticada pelo CONTRATADO, com fundamento legal constante na Lei 8.666/93, e, será aplicada pelo Ministro de Estado da Saúde, à vista dos motivos informados na instrução processual, na forma do art. 87, inciso IV, da Lei nº 8.666/93.

25.7.1. A declaração de inidoneidade permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que a aplicou e será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes de sua conduta e depois de decorrido o prazo da sanção, não superior a 2 (dois) anos.

25.7.2. A declaração de inidoneidade e/ou sua extinção será publicada no Diário Oficial da União e seus efeitos serão extensivos a todos os órgãos da Federação.

25.8. **IMPEDIMENTO DE LICITAR**, com fundamento no art. 47, da Lei nº 12.462/2011, tal penalidade impede a licitante e/ou a CONTRATADA de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no instrumento convocatório e no contrato, bem como das demais cominações legais, nos casos em que:

25.8.1. Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato, inclusive nas hipóteses previstas no parágrafo único do art. 40 e no art. 41 da Lei nº 12.462/2011.

25.8.2. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documento falso.



PROCESSO Nº: 25387.000490/2017-34

RDC ELETRÔNICO Nº 002/2019-FAR

25.8.3. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

25.8.4. Não mantiver a sua proposta, salvo se em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado.

25.8.5. Fraudar a licitação ou praticar atos fraudulentos na execução do contrato.

25.8.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; ou

25.8.7. Der causa à inexecução total ou parcial do contrato.

25.9. Independentemente das sanções legais cabíveis, a licitante ou a CONTRATADA ficará sujeito, ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração pelo descumprimento das obrigações licitatórias e/ou contratuais.

#### 25.10. **DO DIREITO DE DEFESA**

25.10.1. Caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado a partir da data da intimação ou da lavratura da ata da aplicação das penas de advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitação, impedimento de contratar com a administração pública e declaração de inidoneidade, observado o disposto nos arts. 53 a 57 do Decreto nº 7.581/2011, no que couber.

25.10.2. O recurso será dirigido a Autoridade Superior, por intermédio da Autoridade Competente que aplicou a sanção, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

25.10.3. Assegurado o direito à defesa prévia e ao contraditório, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial da União.

25.10.4. Após o julgamento do (s) recurso(s) ou transcorrido o prazo sem a sua interposição, a autoridade competente para aplicação da sanção comunicará imediatamente ao órgão ou entidade competente, nos moldes do Art. 32 e seus parágrafos, constantes da IN SEGES/MPDG nº 03/2018, que por sua vez providenciará a imediata inclusão da sanção no SICAF.

#### 26. **ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

26.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

#### 27. **DA OPÇÃO PELO REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES/RDC**

27.1. A adoção pelo RDC visa ampliar a eficiência nesta contratação, a competitividade entre os licitantes, assegurar o tratamento isonômico, buscar maior simplificação, celeridade e eficiência nos procedimentos para dispêndio de recursos



PROCESSO Nº: 25387.000490/2017-34

RDC ELETRÔNICO Nº 002/2019-FAR

públicos e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, diretrizes do RDC.

27.2. A opção pelo RDC eletrônico está amparada na Lei nº. 12.462/2001 e no Decreto nº. 7.581/2011, visando maior transparência e ampliação do universo de competidores.

27.3. O Decreto que regulamenta o RDC estabelece um elenco a ser seguido pela Administração Pública, a fim de que esta possa definir, de modo preciso e satisfatório, as condições da disputa e do contrato a ser executado, tendo esta gestão perseguido tais objetivos desde o planejamento da presente contratação.

27.4. A ampliação do escopo de utilização do RDC (Inciso V, da Lei nº 12.745, de 2012) torna possível a sua utilização para obras e serviços de engenharia no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), onde a Fundação Oswaldo Cruz/FIOCRUZ, no cumprimento de sua missão, encontra campo para adesão, tendo em vista a importância da Instituição em programas do SUS, na busca pela ampliação da oferta de serviços e a radicalização da prevenção e da promoção da saúde, sendo indiscutível e essencial o seu crescimento para a saúde da população brasileira.

27.5. Além disso, com o advento da Lei nº 13.243, de 2016, tornou-se possível o seu uso para as ações em órgãos e entidades dedicados à ciência, à tecnologia e à inovação. Assim, por possuir como uma de suas macro diretrizes a atuação integrando ciência, tecnologia, inovação e saúde para o desenvolvimento sustentável, novamente, a FIOCRUZ está autorizada a utilizar o RDC, neste caso, para quaisquer objetos que pretenda licitar.

## **28. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

28.1. Caberão pedidos de impugnação ao instrumento convocatório no prazo de até 5 (cinco) dias úteis antes da data de abertura das propostas.

28.2. Os pedidos poderão ser encaminhados via e-mail, no endereço eletrônico [rdceletronico@far.fiocruz.br](mailto:rdceletronico@far.fiocruz.br) ou por petição dirigida ou protocolada nos endereços constantes do subitem 1.3, até 5 (cinco) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da licitação.

28.3. Qualquer modificação no edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

## **29. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

29.1. Os serviços deverão ser executados rigorosamente dentro das especificações estabelecidas neste Edital e seus Anexos, sendo que a inobservância desta condição implicará recusa, com a aplicação das penalidades contratuais.

29.2. Todos os trabalhos deverão ser executados por mão de obra qualificada, devendo o contratado estar ciente das normas técnicas da ABNT, correspondentes a cada um dos serviços constantes das Especificações Técnicas.

29.3. A atuação da Licitante perante a Comissão de Licitação, assim como na



PROCESSO Nº: 25387.000490/2017-34

RDC ELETRÔNICO Nº 002/2019-FAR

execução do Contrato será registrada e constará dos certificados e declarações solicitadas.

29.4. A participação nesta licitação implicará aceitação integral e irrevogável de suas normas, do Edital e do Projeto Básico, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares, ressalvados o direito de impugnação e recurso.

29.5. A autoridade competente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

29.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

29.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

29.8. A participação na licitação implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste instrumento convocatório e seus Anexos, bem como da obrigatoriedade do cumprimento das disposições nele contidas.

29.9. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação da Comissão em sentido contrário.

29.10. É facultada à Comissão ou Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

29.11. As licitantes, quando solicitadas, deverão disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação e das correspondentes Certidões de Acervo Técnico (CAT), endereço atual da contratante e local em que foram executadas as obras e serviços de engenharia.

29.12. As normas que disciplinam este certame serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

29.13. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

29.14. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.





PROCESSO Nº: 25387.000490/2017-34

RDC ELETRÔNICO Nº 002/2019-FAR

29.15. Não há neste Edital um item específico sobre o tema “sustentabilidade”, outrossim, informamos, que foram utilizados critérios de sustentabilidade para a contratação durante a elaboração do projeto.

29.16. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus Anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

### 30. DOS ANEXOS

30.1. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- Anexo I - Termo de Conciliação Judicial firmado entre o MPT e a União
- Anexo II - Proposta Proforma (proposta de desconto e de preço)
- Anexo III - Declaração de Contratos Firmados com a Iniciativa Privada e a Administração Pública
- Anexo IV - Projeto Básico
- Anexo V - Planilha de custos
- Anexo VI - Planilha de composição analítica do LDI
- Anexo VII - Cronograma Físico-financeiro
- Anexo VIII - Planilha de composições de custos unitários
- Anexo IX - Declaração de Equipe Técnica
- Anexo X - Declaração de anuência para integrar equipe
- Anexo XI - Modelo de Currículo Profissional
- Anexo XII - Atestado de Vistoria
- Anexo XIII - Termo de Contrato
- Anexo XIV - Termo de Compromisso e Execução dos Serviços e de Cessão de Direitos Autorais Patrimoniais
- Anexo XV - Termo de compromisso de sigilo de informações

Rio de Janeiro,      de      de 2019.

**Felipe Carvalho de Alarcão Paes**

Presidente da Comissão/RDC – FARMANGUINHOS / FIOCRUZ  
Mat. SIAPE 1897518



## ANEXO I

### TERMO DE CONCILIAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO E A UNIÃO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, neste ato representado pelo Procurador-Geral do Trabalho, Dr. Guilherme Mastrichi Basso, pela Vice-Procuradora-Geral do Trabalho, Dra. Guiomar Rechia Gomes, pelo Procurador-Chefe da PRT da 10ª Região, Dr. Brasilino Santos Ramos e pelo Procurador do Trabalho Dr. Fábio Leal Cardoso, e a UNIÃO, neste ato representada pelo Procurador-Geral da União, Dr. Moacir Antonio da Silva Machado, pela Sub Procuradora Regional da União - 1ª Região, Dra. Helia Maria de Oliveira Bettero e pelo Advogado da União, Dr. Mário Luiz Guerreiro;

CONSIDERANDO que toda relação jurídica de trabalho cuja prestação laboral não eventual seja ofertada pessoalmente pelo obreiro, em estado de subordinação e mediante contraprestação pecuniária, será regida obrigatoriamente pela Consolidação das Leis do Trabalho ou por estatuto próprio, quando se tratar de relação de trabalho de natureza estatutária, com a Administração Pública;

CONSIDERANDO que a legislação consolidada em seu art. 9º, comina de nulidade absoluta todos os atos praticados com o intuito de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação da lei trabalhista;

CONSIDERANDO que as sociedades cooperativas, segundo a Lei n. 5.764, de 16.12.1971, art. 4º, "(...) são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados".

CONSIDERANDO que as cooperativas podem prestar serviços a não associados somente em caráter excepcional e desde que tal faculdade atenda aos objetivos sociais previstos na sua norma estatutária, (art. 86, da Lei n. 5.764, de 16.12.1971), aspecto legal que revela a patente impossibilidade jurídica das cooperativas funcionarem como agências de locação de mão-de-obra terceirizada;

CONSIDERANDO que a administração pública está inexoravelmente jungida ao princípio da legalidade, e que a prática do merchandage é vedada pelo art. 3º, da CLT e repelida pela jurisprudência sumulada do C. TST (En. 331);

CONSIDERANDO que os trabalhadores aliciados por cooperativas de mão-de-obra, que prestam serviços de natureza subordinada à UNIÃO embora laborem em situação fática idêntica a dos empregados das empresas prestadoras de serviços terceirizáveis, encontram-se à margem de qualquer proteção jurídico-laboral, sendo-lhes sonogada a incidência de normas protetivas do trabalho, especialmente àquelas destinadas a tutelar a segurança e higidez do trabalho subordinado, o que afronta o princípio da isonomia, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho (arts. 5º, caput e 1º, III e IV da Constituição Federal);



PROCESSO Nº: 25387.000490/2017-34

RDC ELETRÔNICO Nº 002/2019-FAR

CONSIDERANDO que num processo de terceirização o tomador dos serviços (no caso a administração pública) tem responsabilidade sucessiva por eventuais débitos trabalhistas do fornecedor de mão-de-obra, nos termos do Enunciado 331, do TST, o que poderia gerar graves prejuízos financeiros ao erário, na hipótese de se apurar a presença dos requisitos do art. 3º, da CLT na atividade de intermediação de mão-de-obra patrocinada por falsas cooperativas;

CONSIDERANDO o teor da Recomendação Para a Promoção das Cooperativas aprovada na 90ª sessão, da OIT – Organização Internacional do Trabalho, em junho de 2002, dispondo que os Estados devem implementar políticas nos sentido de:

“8.1.b Garantir que as cooperativas não sejam criadas para, ou direcionadas a, o não cumprimento das lei do trabalho ou usadas para estabelecer relações de emprego disfarçados, e combater pseudocooperativas que violam os direitos dos trabalhadores velando para que a lei trabalhista seja aplicada em todas as empresas.”

#### RESOLVEM

Celebrar CONCILIAÇÃO nos autos do Processo 01082-2002-020-10-00-0, em tramitação perante a MM. Vigésima Vara do Trabalho de Brasília-DF, mediante os seguintes termos:

Cláusula Primeira - A UNIÃO abster-se-á de contratar trabalhadores, por meio de cooperativas de mão-de-obra, para a prestação de serviços ligados às suas atividades-fim ou meio, quando o labor, por sua própria natureza, demandar execução em estado de subordinação, quer em relação ao tomador, ou em relação ao fornecedor dos serviços, constituindo elemento essencial ao desenvolvimento e à prestação dos serviços terceirizados, sendo eles:

- a) – Serviços de limpeza;
- b) – Serviços de conservação;
- c) – Serviços de segurança, de vigilância e de portaria;
- d) – Serviços de recepção;
- e) – Serviços de copeiragem;
- f) – Serviços de reprografia;
- g) – Serviços de telefonia;
- h) – Serviços de manutenção de prédios, de equipamentos, de veículos e de instalações;
- i) – Serviços de secretariado e secretariado executivo;
- j) – Serviços de auxiliar de escritório;
- k) – Serviços de auxiliar administrativo;
- l) – Serviços de office boy (contínuo);
- m) – Serviços de digitação;



PROCESSO Nº: 25387.000490/2017-34

RDC ELETRÔNICO Nº 002/2019-FAR

- n) – Serviços de assessoria de imprensa e de relações públicas;
- o) – Serviços de motorista, no caso de os veículos serem fornecidos pelo próprio órgão licitante;
- p) – Serviços de ascensorista;
- q) – Serviços de enfermagem; e
- r) – Serviços de agentes comunitários de saúde.

Parágrafo Primeiro – O disposto nesta Cláusula não autoriza outras formas de terceirização sem previsão legal.

Parágrafo Segundo – As partes podem, a qualquer momento, mediante comunicação e acordos prévios, ampliar o rol de serviços elencados no caput.

Cláusula Segunda - Considera-se cooperativa de mão-de-obra, aquela associação cuja atividade precípua seja a mera intermediação individual de trabalhadores de uma ou várias profissões (inexistindo assim vínculo de solidariedade entre seus associados), que não detenham qualquer meio de produção, e cujos serviços sejam prestados a terceiros, de forma individual (e não coletiva), pelos seus associados.

Cláusula Terceira - A UNIÃO obriga-se a estabelecer regras claras nos editais de licitação, a fim de esclarecer a natureza dos serviços licitados, determinando, por conseguinte, se os mesmos podem ser prestados por empresas prestadoras de serviços (trabalhadores subordinados), cooperativas de trabalho, trabalhadores autônomos, avulsos ou eventuais;

Parágrafo Primeiro - É lícita a contratação de genuínas sociedades cooperativas desde que os serviços licitados não estejam incluídos no rol inserido nas alíneas “a” a “r” da Cláusula Primeira e sejam prestados em caráter coletivo e com absoluta autonomia dos cooperados, seja em relação às cooperativas, seja em relação ao tomador dos serviços, devendo ser juntada, na fase de habilitação, listagem contendo o nome de todos os associados. Esclarecem as partes que somente os serviços podem ser terceirizados, restando absolutamente vedado o fornecimento (intermediação de mão-de-obra) de trabalhadores a órgãos públicos por cooperativas de qualquer natureza.

Parágrafo Segundo – Os editais de licitação que se destinem a contratar os serviços disciplinados pela Cláusula Primeira deverão fazer expressa menção ao presente termo de conciliação e sua homologação, se possível transcrevendo-os na íntegra ou fazendo parte integrante desses editais, como anexo.

Parágrafo Terceiro - Para a prestação de serviços em sua forma subordinada, a licitante vencedora do certame deverá comprovar a condição de empregadora dos prestadores de serviços para as quais se objetiva a contratação, constituindo-se esse requisito, condição obrigatória à assinatura do respectivo contrato.

#### DAS SANÇÕES PELO DESCUMPRIMENTO

Cláusula Quarta – A UNIÃO obriga-se ao pagamento de multa (estrita) correspondente a R\$ 1.000,00 (um mil reais) por trabalhador que esteja em desacordo com as condições



PROCESSO Nº: 25387.000490/2017-34

RDC ELETRÔNICO Nº 002/2019-FAR

estabelecidas no presente Termo de Conciliação, sendo a mesma reversível ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Parágrafo Primeiro – O servidor público que, em nome da Administração, firmar o contrato de prestação de serviços nas atividades relacionadas nas alíneas “a” a “r” da Cláusula Primeira, será responsável solidário por qualquer contratação irregular, respondendo pela multa prevista no caput, sem prejuízo das demais cominações legais.

Parágrafo Segundo – Em caso de notícia de descumprimento dos termos firmados neste ajuste, a UNIÃO, depois de intimada, terá prazo de 20 (vinte) dias para apresentar sua justificativa perante o Ministério Público do Trabalho.

#### DA EXTENSÃO DO AJUSTE À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA

Cláusula Quinta – A UNIÃO se compromete a recomendar o estabelecimento das mesmas diretrizes ora pactuadas em relação às autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, a fim de vincular todos os órgãos integrantes da administração pública indireta ao cumprimento do presente termo de conciliação, sendo que em relação às empresas públicas e sociedades de economia mista deverá ser dado conhecimento ao Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ou órgão equivalente, para que discipline a matéria no âmbito de sua competência.

#### DA HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL DO AJUSTE

Cláusula Sexta – - As partes submetem os termos da presente conciliação à homologação do Juízo da MM. Vigésima Vara do Trabalho, para que o ajuste gere os seus efeitos jurídicos.

Cláusula Sétima - Os termos da presente avença gerarão seus efeitos jurídicos a partir da data de sua homologação judicial.

Parágrafo único – Os contratos em vigor entre a UNIÃO e as Cooperativas, que contrariem o presente acordo, não serão renovados ou prorrogados.

Cláusula Oitava -A presente conciliação extingue o processo com exame do mérito apenas em relação à UNIÃO, prosseguindo o feito quanto aos demais réus. Dito isto, por estarem as partes ajustadas e compromissadas, firmam a presente conciliação em cinco vias, a qual terá eficácia de título judicial, nos termos dos artigos 831, parágrafo único, e 876, caput, da CLT.

Brasília, 05 de junho de 2003.

**GUILHERME MASTRICHI BASSO GUIOMAR RECHIA GOMES**

Procurador-Geral do Trabalho Vice-Procuradora-Geral do Trabalho

**BRASILINO SANTOS RAMOS FÁBIO LEAL CARDOSO**

Procurador-Chefe/PRT 10ª Região Procurador do Trabalho





Ministério da Saúde

FIOCRUZ  
Fundação Oswaldo Cruz



PROCESSO Nº: 25387.000490/2017-34

RDC ELETRÔNICO Nº 002/2019-FAR

MOACIR ANTONIO DA SILVA MACHADO

Procurador-Geral da União

HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO MÁRIOLUIZ GUERREIRO

Sub-Procuradora-Regional da União–1ª Região Advogado da União

Testemunhas:

---

GRIJALBO FERNANDES COUTINHO

Presidente da Associação Nacional dos Magistrados  
da Justiça do Trabalho – ANAMATRA

---

PAULO SÉRGIO DOMINGUES

Presidente da Associação dos Juízes Federais  
do Brasil – AJUFE

---

REGINA BUTRUS

Presidente da Associação Nacional dos Procuradores  
do Trabalho – ANPT



Ministério da Saúde  
FIOCRUZ  
Fundação Oswaldo Cruz



PROCESSO Nº: 25387.000490/2017-34

RDC ELETRÔNICO Nº 002/2019-FAR

## ANEXO II

### MODELO DE PROPOSTA PROFORMA (PROPOSTA DE PERCENTUAL DE DESCONTO E DE PREÇO)

Documento: \_\_\_\_\_ Emitida em: \_\_\_\_\_  
Data da Licitação: **13/06/2017** Processo: 25389.000490/2017-34  
Proponente: \_\_\_\_\_ Hora da Licitação: 10h00min  
Endereço: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_  
Bairro: \_\_\_\_\_ Fax: \_\_\_\_\_  
UF: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_  
CNPJ/MF: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_  
Insc. Estadual: \_\_\_\_\_  
Banco: \_\_\_\_\_ Agência: \_\_\_\_\_ Conta Bancária: \_\_\_\_\_  
Inscrição no SIMPLES: ☐ SIM ☐ NÃO  
Validade da Proposta: 90 dias  
Prazo de Entrega: \_\_\_\_\_

#### Item 1

Contratação de empresa especializada, para a execução da montagem e instalação do sistema de estocagem e distribuição de água purificada do prédio 70, do Complexo Tecnológico de medicamentos de Farmanguinhos, pertencente a Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz, no Rio de Janeiro-RJ, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Projeto Básico, no Edital e demais Anexos. **Unidade: obra - Quantidade: 1.**

**PERCENTUAL DE DESCONTO DE \_\_\_\_\_ % (extenso)** com referência ao preço estimado fixado neste instrumento convocatório, para a execução do objeto da licitação em questão.

Informamos que **o desconto oferecido incidirá linearmente** sobre os preços de todos os itens do orçamento estimado constante no instrumento convocatório.

Segue abaixo o valor preço ofertado, proveniente do desconto acima referido.

Valor Total: R\$ \_\_\_\_\_ (extenso)

#### ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

Av. Comandante Guarany, 447 – Jacarepaguá - CEP:22775-903 - PABX: (21)3348-5235  
Rio de Janeiro - RJ - Brasil



PROCESSO Nº: 25387.000490/2017-34

RDC ELETRÔNICO Nº 002/2019-FAR

**ANEXO III**

**DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

A declaração deverá ser emitida em papel timbrado que identifique a empresa

Processo nº 25387. 000490/2017-34

RDC Eletrônico nº 002/2019

-FAR

Declaro que a empresa \_\_\_\_\_,  
inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, inscrição estadual sob o nº \_\_\_\_\_,  
estabelecida em \_\_\_\_\_, possui os seguintes contratos  
firmados com a iniciativa privada e a administração pública:

ITEM 1 – RELAÇÃO DE CONTRATOS COM VIGÊNCIA NA DATA DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO				
Nome do Órgão/Empresa	Número do Contrato	Vigência do Contrato		Valor total do Contrato
		Início	Final	
Valor total (R\$)				

OBS:

Cálculo demonstrativo visando comprovar que o patrimônio líquido é igual ou superior a 1/12 (um doze avos) do valor dos contratos firmados com a administração pública e com a iniciativa privada. Para habilitação este resultado deverá ser superior a 1,00. **Caso o resultado seja inferior ou igual a 1, poderá ser encaminhada justificativa demonstrando o impacto dos resultados tendo em vista as vigências contratuais e o período da DRE encaminhada.**

$\frac{\text{Valor do Patrimônio Líquido} \times 12}{\text{Valor total dos contratos}} > 1$

Valor total dos contratos

ITEM 2 – RELAÇÃO DE CONTRATOS FATURADOS E RECEBIDOS NO PERÍODO DA DRE					
Nome do Órgão/Empresa	Número do Contrato	Vigência do Contrato		Valor total do Contrato	Valor total recebido no período da DRE
		Início	Final		
Valor total no período da Receita Bruta da DRE apresentada (R\$)					

OBS: Caso o percentual encontrado seja maior que 10% (positivo ou negativo), o licitante deverá apresentar as devidas justificativas que serão analisadas pela equipe do Pregão, podendo inclusive ser diligenciada. Para habilitação este resultado não poderá ser superior a 10% (negativo ou positivo).

$$\frac{(\text{Valor da Receita Bruta} - \text{Valor Total dos Contratos do período da Receita Bruta}) \times 100}{\text{Valor da Receita Bruta}}$$

Local e data

\_\_\_\_\_



## **ANEXOS IV a VIII**

OBS.: O Projeto Básico possui anexos, tais como memorial descritivo, planilha orçamentária (itens e quantitativos), cronograma físico-financeiro, projetos, pranchas e demonstrativo de cálculo de BDI, representando os Anexos IV a VIII que encontram-se nos autos do processo, e será disponibilizado dentro do arquivo compactado [extensão “.zip”] que agrega todos os arquivos que fazem parte do edital a ser disponível no Portal ComprasNet: [www.comprasgovernamentais.gov.br],.

Composição dos Anexos:

- Anexo IV** - PROJETO BÁSICO
- Anexo V** - PLANILHA DE CUSTOS
- Anexo VI** - PLANILHA DE COMPOSIÇÃO ANALÍTICA DO LDI
- Anexo VII** - CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO
- Anexo VIII** - PLANILHA DE COMPOSIÇÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS



**ANEXO IX**

**DECLARAÇÃO DE EQUIPE TÉCNICA**

**DECLARAMOS**, para fins de participação na licitação em epígrafe, que a Equipe Técnica qualificada será constituída pelos profissionais responsáveis técnicos abaixo relacionados:

<b>CARGO (ORGANOGRAMA)</b>	<b>NOME</b>

Local e data

**ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL**

[Nome do Representante Legal]

[Nº da Carteira de Identidade/Órgão Emissor]





Ministério da Saúde

FIOCRUZ  
Fundação Oswaldo Cruz



PROCESSO Nº: 25387.000490/2017-34

RDC ELETRÔNICO Nº 002/2019-FAR

## ANEXO X

### DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA PARA INTEGRAR A EQUIPE

Eu, \_\_\_\_\_ portador do documento de identidade número \_\_\_\_\_ residente na cidade de \_\_\_\_\_, no Estado \_\_\_\_\_ declaro para os devidos fins que concordo em participar da equipe da empresa (consórcio) \_\_\_\_\_ no cargo de \_\_\_\_\_ no procedimento licitatório RDC Nº 002/2019-FAR, Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ.

Local e Data

Profissional

(nome e assinatura)



**ANEXO XI**

**MODELO DE CURRÍCULO PROFISSIONAL**

NOME COMPLETO	DATA NASCIMENTO	NACIONALIDADE
---------------	-----------------	---------------

POSIÇÃO NA EMPRESA	TEMPO NA EMPRESA	VÍNCULO	FUNÇÃO PROPOSTA
		PERMANENTE ( )	
		EVENTUAL ( )	
		A CONTRATAR ( )	
FORMAÇÃO ACADEMICA (NOME DA INSTITUIÇÃO, CURSO (graduação, pós graduação, especialização), INÍCIO, TÉRMINO)			
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL (EMPREGADOR , FUNÇÃO, INÍCIO E TÉRMINO DE ATUAÇÃO NA FUNÇÃO)			

OBSERVAÇÕES: Relacionar apenas atividades diretamente relacionadas com o objeto desta licitação

Local e data

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL  
[Nome do Representante Legal]  
[Nº da Carteira de Identidade/Órgão Emissor]



Ministério da Saúde

FIOCRUZ  
Fundação Oswaldo Cruz



PROCESSO Nº: 25387.000490/2017-34

RDC ELETRÔNICO Nº 002/2019-FAR

## ANEXO XII

### ATESTADO DE VISTORIA

**DECLARAMOS**, para fins de participação no processo licitatório RDC Nº 002/2019-FAR Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, que a licitante \_\_\_\_\_ representada legalmente por (nome completo) \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, instalada no endereço \_\_\_\_\_ na cidade de \_\_\_\_\_, compareceu nesta data à FARMANGUINHOS/FIOCRUZ, situado na Av. Comandante Guarany, número 447, CEP. 22775-903 - Rio de Janeiro/RJ e tomou conhecimento das condições ambientais e técnicas que condicionam a prestação dos serviços alvo desta contratação.

Durante a vistoria supracitada, a empresa inspecionou o local a ser contemplado no projeto, esclarecendo dúvidas pertinentes ao objeto desta licitação.

Local e Data

Servidor/FIOCRUZ

---

### DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA

*Concordamos com os termos da declaração acima, dando-nos por satisfeitos com as informações obtidas e capacitados a elaborar nossa proposta para a licitação.*

Local e data

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

[Nome do Representante Legal]

[Nº da Carteira de Identidade/Órgão Emissor]

**Nota:** A empresa ou consórcio deverá anexar a esta declaração documento comprobatório da competência da assinatura de seu representante como representante legal.



### ANEXO XIII

#### TERMO DE CONTRATO

**TERMO DE CONTRATO Nº \_\_\_\_\_/2019 QUE ENTRE SI CELEBRAM A FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ E \_\_\_\_\_, PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA A EXECUÇÃO DA MONTAGEM E INSTALAÇÃO DO SISTEMA DE ESTOCAGEM E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA PURIFICADA DO PRÉDIO 70, DO COMPLEXO TECNOLÓGICO DE MEDICAMENTOS DE FARMANGUINHOS, PERTENCENTE A FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ – FIOCRUZ, NO RIO DE JANEIRO-RJ, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO PROJETO BÁSICO, NO EDITAL E DEMAIS ANEXOS.**

A FIOCRUZ, por intermédio da Unidade Do Instituto de Tecnologia em Fármacos – Farmanguinhos inscrita no CNPJ sob o nº 33.781.055/0049-80, neste ato representada por seu Diretor Dr. JORGE SOUZA MENDONÇA, portador da Carteira de Identidade nº xxxxxxxxxxxx, inscrito no CPF sob o nº 011.362.417-44, encontrado na Av. Comandante Guarany, nº 447, Curicica, Jacarepaguá, designado pela Portaria nº XXXXXX, publicado no D.O.U., Seção XX, de XXXXXXXXXX, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº XXXXXXX do Sr. Presidente da FIOCRUZ e \_\_\_\_\_ (razão social), sediada \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, neste ato representada pelo \_\_\_\_\_ (qualificação/cargo/nacionalidade/estado civil/nº RG-CI e nº CPF), no uso das atribuições que lhe confere \_\_\_\_\_ (indicação do instrumento que confere poderes para representar a empresa na assinatura do contrato), acostados às fls. \_\_\_\_\_, tendo em vista o que consta no **Processo nº 25387.000490/2017-34** e em observância às disposições da Lei nº 12.462/2011, Decreto nº 7.581/2011, Lei nº 8.666/93 e demais cominações legais, conforme a minuta, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **RDC-e nº 002/2019**

**-FAR**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada, para a execução da montagem e instalação do sistema de estocagem e distribuição de água purificada do prédio 70, do Complexo Tecnológico de medicamentos de Farmanguinhos, pertencente a Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz, no Rio de Janeiro-RJ, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Projeto Básico, neste Edital e demais Anexos e, de acordo com a proposta apresentada pela CONTRATADA, que independente de transcrição integram o presente instrumento.
- 1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao edital de RDC e seus anexos, identificado no preâmbulo acima, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.



## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ e encerramento em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

2.2. A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar, conforme Orientação Normativa AGU nº 39, de 13/12/2011.

2.3. A execução dos serviços será iniciada a contar da data constante na Autorização para seu início, emitida pela FIOCRUZ, cujas etapas observarão o cronograma anexo ao edital.

2.4. A prorrogação dos prazos de execução e vigência do contrato será precedida da correspondente adequação do cronograma físico-financeiro, bem como de justificativa e autorização da autoridade competente para a celebração do ajuste, devendo ser formalizada nos autos do processo administrativo.

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR DO CONTRATO

3.1. O valor total da contratação é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## 4. CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE

4.1. O saldo contratual será corrigido corrigido anualmente desde que observado o interregno mínimo de um ano, contado da apresentação da proposta, pela variação do INCC – Índice Nacional de Custo de Construção ou outro índice oficial, que vier a ser expressamente determinado pelo Governo Federal, acumulado nos últimos 12 (doze) meses.

4.2. O reajustamento será regido pela fórmula a seguir:

$$R = \{(I1 - I0) / I0\} \times S\}$$

Onde:

*R = Valor do reajuste procurado*

*I1 = Número-índice do INCC para o mês de reajuste*

*I0 = Número-índice do INCC do mês de apresentação da proposta de preço da licitação, ou a partir do segundo reajuste, do mês do reajuste anterior.*

*S = Valor do saldo contratual na época do reajuste.*

4.3. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA.

## 5. CLÁUSULA QUINTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2017, na classificação a seguir:

Fonte: 06151000000





PROCESSO Nº: 25387.000490/2017-34

RDC ELETRÔNICO Nº 002/2019-FAR

Plano de Trabalho: 10571201576740001

Modernização de Unidades da Fundação Oswaldo Cruz

Elemento de Despesa: 449051

## 6. CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Edital do RDC 002/2019.

## 7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. A CONTRATADA prestará garantia no valor de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), na modalidade de \_\_\_\_\_, correspondente a 10% (vinte por cento) do valor do Contrato, no prazo de 10 (dez) dias úteis, observadas as condições previstas no Edital.

## 8. CLÁUSULA OITAVA – CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

8.1. Para acompanhar a execução do Contrato, o objeto desta licitação terá acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante da CONTRATANTE, devidamente nomeado, com atribuições específicas, a quem compete também verificar se há registro no RDO das ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, identificando as irregularidades e solicitando a regularização das mesmas, submetendo à Autoridade Competente da CONTRATANTE o que ultrapassar a sua competência, em tempo hábil, para adoção das medidas convenientes.

8.2. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da FIOCRUZ ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.3. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da FIOCRUZ, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

8.4. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Projeto Básico, Anexo IV do RDC 002/2019.

8.5. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 34 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, quando for o caso.

8.6. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.7. A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte o objeto deste contrato, se em desacordo com as especificações e as Cláusulas contratuais.

8.8. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.



PROCESSO Nº: 25387.000490/2017-34

RDC ELETRÔNICO Nº 002/2019-FAR

8.9. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Projeto Básico, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

8.10. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços, devendo intervir para requerer à Contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

8.11. O fiscal técnico deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.12. A presença da Fiscalização durante a execução dos serviços e obras, quaisquer que sejam os atos praticados no desempenho de suas atribuições, não implicará solidariedade ou corresponsabilidade com a CONTRATADA, que responderá única e integralmente pela execução dos serviços.

8.13. Ao autor, autores ou coautores do projeto é assegurado o direito de acompanhar a execução das obras de recuperação de modo que, a seu término, possam ser emitidas declarações de que a mesma foi realizada de acordo com o projeto ou com as alterações aprovadas pelas partes interessadas." (Art. 1º, Res. nº 221 – CONFEA).

8.14. A Comissão designada para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratual terá competência definida na legislação vigente, em especial:

- a) Fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais;
- b) Solicitar da CONTRATADA e de seus prepostos, ou providenciar junto à Administração da FIOCRUZ, tempestivamente, todas as medidas necessárias ao bom andamento dos serviços;
- c) Emitir pareceres em todos os atos da Administração relativos à execução do contrato e, em especial, na aplicação de sanções, alterações e reajustes do contrato;
- d) Realizar o aceite do serviço executado nas condições previstas no Edital, de forma a subsidiar o atesto da Nota Fiscal e o pagamento do mesmo;
- e) O representante da FIOCRUZ deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
- f) Será comunicado à CONTRATADA, por escrito, as deficiências ou irregularidades porventura verificadas pela fiscalização, cabendo a mesma sua imediata correção ou adequação, sem prejuízo das sanções cabíveis;
- g) As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, aplicável no que for pertinente à contratação.

8.15. A FIOCRUZ rejeitará, no todo ou em parte, os serviços efetuados em desacordo com o Contrato e/ou com as disposições constantes no Edital e seus Anexos.



PROCESSO Nº: 25387.000490/2017-34

RDC ELETRÔNICO Nº 002/2019-FAR

8.16. A CONTRATADA se sujeitará a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da FIOCRUZ quanto à execução dos SERVIÇOS, devendo prestar todos os esclarecimentos solicitados.

## **9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Projeto Básico, **Anexo IV** do Edital de RDC.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA SUBCONTRATAÇÃO**

10.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, respeitadas as condições e obrigações estabelecidas no Edital, no Projeto Básico e na proposta da contratada.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

11.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Edital de RDC.

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO REGIME DE EXECUÇÃO E DAS ALTERAÇÕES**

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

13.2. A diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária.

13.3. O contrato será realizado por execução indireta, sob o regime de empreitada por preço global.

13.4. A assinatura do presente Contrato implica a concordância da Contratada com a adequação de todos os projetos anexos ao instrumento convocatório a que se vincula este ajuste, a qual aquiesce que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a dez por cento do valor total do futuro contrato, nos termos do art. 13, II do Decreto n. 7.983/2013.

## **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS VEDAÇÕES**

14.1. É vedado à CONTRATADA:



PROCESSO Nº: 25387.000490/2017-34

RDC ELETRÔNICO Nº 002/2019-FAR

14.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

14.1.2. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da FIOCRUZ, salvo nos casos previstos em lei.

## **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

15.1. A disciplina inerente ao recebimento do objeto é aquela prevista no Projeto Básico, anexo do Edital.

## **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - RESCISÃO**

16.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais, legais e regulamentares.

16.2. Não haverá rescisão contratual em razão de fusão, cisão ou incorporação do contratado, ou de substituição de consorciado, desde que mantidas as condições de habilitação previamente atestadas.

16.3. Caberá recurso no prazo de cinco dias úteis a partir da data da intimação da rescisão do contrato, nas hipóteses previstas no inciso I do caput do art. 79 da Lei no 8.666, de 1993, observado o disposto nos arts. 53 a 57 do Decreto nº 7.581/2011, no que couber.

16.4. Na hipótese do inciso XI do caput do art. 24 da Lei no 8.666, de 1993, a contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento de bens em consequência de rescisão contratual observará a ordem de classificação dos licitantes e as condições por estes ofertadas, desde que não seja ultrapassado o orçamento estimado para a contratação.

16.5. A paralisação do objeto sem justa causa e prévia comunicação a FIOCRUZ, por culpa da CONTRATADA, por prazo igual ou superior a 15 (quinze) dias corridos ou alternados, acarretará a rescisão unilateral do contrato. Esta paralisação será caracterizada pela constatação de efetivo insuficiente ao volume do objeto a ser realizada. Também ficará comprovada a paralisação se a medição mensal de serviços a serem faturados ou produzidos na etapa prevista no cronograma físico-financeiro não atingirem o mínimo de 30% (trinta por cento) do total previsto.

16.6. Constituem, ainda, motivos para rescisão contratual:

16.6.1. Cometimento reiterado de falhas na execução do contrato, anotadas na forma do art. 67, § 1º, da lei 8.666/93.

16.6.2. Decretação de falência, ou a instauração de insolvência civil.

16.6.3. Dissolução da sociedade.

16.6.4. Alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a execução deste contrato.

16.6.5. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pelo presidente da FIOCRUZ e exaradas no processo administrativo a que se refere o presente contrato.



PROCESSO Nº: 25387.000490/2017-34

RDC ELETRÔNICO Nº 002/2019-FAR

16.6.6. A supressão, por parte da FIOCRUZ, dos serviços, acarretando modificação do valor inicial do contrato, além do limite permitido no art. 65, § 1º, na lei n.º 8.666/93, salvo em situações onde houver comum acordo entre a FIOCRUZ e a CONTRATADA.

16.6.7. A suspensão de sua execução, por ordem escrita da FIOCRUZ, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra; ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação.

16.6.8. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela FIOCRUZ decorrentes da execução do objeto da presente contratação, ou parcelas desta, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem ou guerra, assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

16.6.9. Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução deste contrato;

16.7. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

16.8. A CONTRATADA reconhece os direitos da FIOCRUZ em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.9. O termo de rescisão, sempre que possível, deverá indicar:

16.9.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos em relação ao cronograma físico-financeiro, atualizado;

16.9.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

16.9.3. Indenizações e multas.

## **17. CLAUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

17.1. Incumbirá à Contratante providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

## **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA REGULARIDADE DA CONTRATADA**

18.1. A regularidade da CONTRATADA foi aferida por meio das consultas ao SICAF, TST, CEIS, CNJ e CADIN, em \_\_\_\_\_, anexadas às fls. \_\_\_\_\_ dos autos.





Ministério da Saúde

FIOCRUZ  
Fundação Oswaldo Cruz



PROCESSO Nº: 25387.000490/2017-34

RDC ELETRÔNICO Nº 002/2019-FAR

## 19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - FORO

As partes ficam cientes de que o foro para dirimir as questões que não forem solucionadas na via administrativa será o da Seção Judiciária da Justiça Federal no Rio de Janeiro.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Local e data

PELA FIOCRUZ

PELA CONTRATADA

DIRETORIA DE FARMANGUINHOS/FIOCRUZ

NOME DA CONTRATADA

Diretor

REPRESENTANTE LEGAL

TESTEMUNHAS

Nome/CPF



#### ANEXO XIV

### TERMO DE COMPROMISSO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS E DE CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS PATRIMONIAIS

Em conformidade com o disposto no Edital da licitação em epígrafe, declaramos que executaremos os serviços objeto desta licitação a serviço da [RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA LICITANTE], inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_.

Outrossim, declaramos que, em obediência ao art. 111 da Lei n.º 8.666/93, cedemos à FIOCRUZ, por este Instrumento, sem qualquer ônus adicional, todos os direitos autorais de natureza patrimonial referentes aos serviços que viermos a realizar no âmbito do contrato decorrente desta licitação, incluindo os direitos de divulgação em qualquer tipo de mídia, existente ou que venha a existir, desde que, na divulgação, conste o crédito aos profissionais responsáveis pela elaboração dos mesmos.

Declaramos, também, estarmos de acordo com as seguintes prerrogativas da FIOCRUZ em relação aos citados serviços:

1 – A FIOCRUZ poderá proceder quaisquer alterações que considerar necessárias, a seu exclusivo critério, nos nossos planos ou projetos, a qualquer tempo, sem ônus adicional, independentemente de autorização específica, na forma prevista no art. 29 da Lei nº 9.610/1998 c/c art. 18 da Lei nº 5.194/1966 e art. 16 da Lei nº 12.378/2010.

2 – A FIOCRUZ poderá indicar ou anunciar o nome dos autores dos planos ou projetos da forma que considerar mais adequada, na divulgação do empreendimento ou dos planos ou projetos, em cada evento deste tipo, ou mesmo não os indicar ou anunciá-los se houver limitação de espaço ou tempo na mídia de divulgação, inclusive nas hipóteses de alteração dos planos ou projetos e de elaboração de planos ou projetos derivados – estes, conforme conceito da Lei nº 9.610/1998, art. 5º, inc. VIII, alínea “g”

3 – A FIOCRUZ poderá reutilizar os planos ou projetos originais para outras áreas ou localidades além daquela para a qual foram originalmente feitos, com as adaptações técnicas que considerar necessárias, sendo que a FIOCRUZ não nos remunerará por essa reutilização.

Declaramos ainda, que faremos constar em todos os documentos que venham a compor os planos ou projetos, ou em parte deles, a critério da FIOCRUZ:

a. o teor da cessão de direitos autorais e autorizações desta cláusula e, com destaque, a inscrição “PROPRIEDADE DA FIOCRUZ; e

b. se for o caso, os nomes de títulos e registros profissionais dos autores dos estudos anteriores aos planos ou projetos objeto do contrato, se tais estudos definirem a concepção dos trabalhos a serem feitos pelo CONTRATADO, sejam tais autores empregados da FIOCRUZ ou não.

Finalmente, comprometemo-nos a não fazer o aproveitamento substancial dos nossos projetos em outros projetos que venhamos a elaborar, de modo a preservar a originalidade das obras.

Local e data

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

Nome do Representante Legal

Nº da Carteira de Identidade/Órgão Emissor



## ANEXO XV

### MINUTA DO TERMO DE COMPROMISSO DE SIGILO DE INFORMAÇÕES

Pelo presente instrumento, a Empresa/Consórcio \_\_\_\_\_ (denominação) \_\_\_\_\_ e (qualificação), \_\_\_\_\_, com sede à \_\_\_\_\_ (endereço), doravante denominada CONTRATADA, representada pelo seu Presidente ou Diretor, (qualificação), residente e domiciliado à \_\_\_\_\_, em face do Contrato nº \_\_\_\_\_, tem como compromisso manter confidenciais as informações que lhe forem fornecidas pela FIOCRUZ, na forma seguir convencionada:

#### 1. DEFINIÇÃO

1.1 Deve ser considerada “Propriedade de Informação” qualquer informação, abrangendo, irrestritamente, “*know how*”, dados, requisitos, especificações, técnicas de procedimento, processos, planejamento, plantas, dados de ensaio ou patentes, relativos à engenharia, produção, “marketing”, serviços, ou qualquer projeto, seja este de pesquisa, futuro ou em execução, incluindo-se, ainda, qualquer dado sobre questões pessoais ou financeiras relacionadas a negócio presente ou futuro – seja este expresso nas formas oral, escrita, gráfica, eletrônica ou em cópias cedidas pela empresa. Compreende, também, todas as invenções, técnicas, procedimentos, projetos, descobertas e aperfeiçoamentos, além da propriedade intelectual, devidamente, identificada como confidencial no momento de sua divulgação.

1.2 Toda Propriedade de Informação que for divulgada, oralmente, só deve ser tutelada pelo presente termo de compromisso se for identificada como tal, no momento de sua divulgação e, posteriormente, ratificada como sigilosa em documento escrito dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da divulgação.

#### 2. DA UTILIZAÇÃO DA PROPRIEDADE DE INFORMAÇÃO

2.1 A CONTRATADA se compromete perante a FIOCRUZ a acatar os seguintes termos a respeito da Propriedade de Informação:

2.1.1 Toda Propriedade de Informação enviada pela FIOCRUZ à CONTRATADA será utilizada, apenas, para a execução dos trabalhos requeridos a este último.

2.1.2 O CONTRATADO tomará todas as precauções cabíveis a fim de evitar o conhecimento total ou parcial da Propriedade de Informação por parte de terceiros.

2.1.3 Na eventualidade da CONTRATADA considerar necessário o conhecimento da Propriedade de Informação por pessoas estranhas ao Contrato, deverá requisitar, por escrito, a prévia autorização da FIOCRUZ, condição essa que obrigará a respeitar todos os termos do presente compromisso, e a não utilizar as informações para qualquer outro propósito, além do estabelecido para a consecução do serviço contratado.



PROCESSO Nº: 25387.000490/2017-34

RDC ELETRÔNICO Nº 002/2019-FAR

### **3. DA PROPRIEDADE DE INFORMAÇÃO**

3.1 Não serão essas informações duplicadas, nem mesmo utilizadas, total ou parcialmente, para qualquer outro objetivo que não seja indispensável à consecução dos serviços prestados pela CONTRATADA à FIOCRUZ, sem sua prévia autorização, por escrito.

3.2 Serão protegidas e mantidas em sigilo pela CONTRATADA, a qual utilizará, do mesmo cuidado e segurança que tem por hábito utilizar na preservação e manipulação de documentos de seu próprio interesse ou de igual importância.

3.3 Toda Propriedade de Informação cedida pela FIOCRUZ, bem como qualquer cópia ou similar que tenha sido feita, permanecerá como de sua propriedade, devendo ser devolvida ao término do serviço prestado, ou destruída no prazo de 15 (quinze) dias, sendo que, em havendo tal procedimento deverá ser devidamente, informado à FIOCRUZ.

3.4 Caso tome conhecimento do vazamento de informações, a CONTRATADA comunicará o fato, imediatamente, à FIOCRUZ, a qual tomará as providências cabíveis.

### **4. DOS LIMITES À PROTEÇÃO DA PROPRIEDADE DE INFORMAÇÃO**

4.1 As regras de procedimento concernentes à utilização e ao manuseio da Propriedade de Informação, supracitadas, excluem as seguintes informações:

4.1.1 As informações cuja divulgação que já chegaram ao domínio público ou que cheguem a ele por outros meios, que não incluam a participação ou envolvimento da CONTRATADA.

4.1.2 As informações cuja divulgação tenham sido previamente autorizadas, por escrito, pela FIOCRUZ.

4.1.3 As informações divulgadas mediante pedido do Governo Brasileiro, comprometendo-se, neste caso, a CONTRATADA de comunicar à FIOCRUZ no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data da feitura ou recebimento do pedido.

### **5. DAS ALTERAÇÕES**

5.1 Nenhuma emenda ou modificação será acrescentada a não ser que seja autorizada, por escrito, pela FIOCRUZ.

### **6. DO PRAZO**

6.1 O prazo deste instrumento corresponderá ao período de duração do Contrato nº \_\_\_\_\_, assinado entre as partes, prorrogando-se, por 5 (cinco) anos a contar da data de conclusão dos serviços.

### **7. DA RESCISÃO**

7.1 A extinção do presente Termo de Compromisso não liberará a CONTRATADA das obrigações ora impostas, relativas ao uso e proteção da Propriedade de Informação.



PROCESSO Nº: 25387.000490/2017-34

RDC ELETRÔNICO Nº 002/2019-FAR

## **8. DOS FUNDAMENTOS LEGAIS**

8.1 Este instrumento tem embasamento legal, nas normas que regem o sigilo, em especial, a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial e o Decreto nº 4.553, de 27 de dezembro de 2002, que estabelece normas para a salvaguarda de documentos, materiais, áreas, comunicações e sistemas de informações de natureza sigilosa, e dá outras providências.

8.2 Fica estabelecido que o fornecimento da Propriedade de Informação de que trata o presente documento não será interpretado como concessão de quaisquer direitos, tácitos ou expressos, direitos de patente, direitos autorais, de marca registrada ou plano de negócios, sobre invenções, projetos, descobertas ou quaisquer questões de que trate a Propriedade de Informação então cedida.

## **9. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS**

9.1 A execução, existência e desempenho do presente termo de compromisso deve ser mantido em sigilo pela CONTRATADA e não deverá ser divulgado sem a prévia autorização da FIOCRUZ.

9.2 O presente termo representará o completo entendimento e compromisso das partes, substituindo qualquer negócio, compromisso, empreendimento, comunicação oral ou escrita, previamente, estabelecida sobre o objeto deste Termo.

## **10. DO FORO**

Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção da Justiça Federal no Rio de Janeiro, para dirimir as questões resultantes deste instrumento.

Local e data

PELA FIOCRUZ

PELA CONTRATADA

DIRETORIA DE FARMANGUINHOS

Diretor

REPRESENTANTE LEGAL

TESTEMUNHAS

Nome/CPF